

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA ONZE DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia onze de Outubro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1 SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 2. Pedido de Licença sem Vencimento por trinta dias - Arménio Manuel Pereira Rodrigues -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 1. Transportes escolares -----

----- 2. Acordo de Colaboração entre a Escola Superior de Educação de Coimbra e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho -----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda retirar da agenda o seguinte ponto: -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1 DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO-----

----- Regulamento do Arquivo Municipal de Montemor-o-Velho - Proposta -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara propôs ao executivo, que os serviços articulassem, de acordo com a legislação em vigor, de forma a que os elementos provenientes do Centro de Emprego da Figueira da Foz do programa Poc que estavam naquele momento a desenvolver as tarefas de educação físico-motora no Primeiro Ciclo do Ensino Básico do nosso concelho, pudessem receber uma verba complementar às que eram pagas pelo Centro de emprego, englobando, para além das despesas de deslocação e alimentação, um montante até perfazer o total de setecentos e cinquenta euros/mês, isto é englobando tudo o que dizia respeito aos compromissos decorrentes do programa. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - Informou que seria necessário equacionar uma reunião extraordinária, para o próximo dia trinta e um de Outubro caso alguns assuntos fossem ultimados até esse dia, nomeadamente regulamentos que estarão para aprovação. Gostaria de saber se todo o executivo estaria disponível para aquela mesma reunião. Caso tal viesse a ocorrer, no início da próxima semana formalizaria a respectiva agenda. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, estavam a entrar na fase de elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e três. Já tinha começado a desenvolver uma série de reuniões com as Juntas de Freguesia, e pensava trazer brevemente, ainda que numa situação prévia, ao executivo uma visão global daquilo que era a antecipação da perspectiva orçamental do próximo ano. -----

----- Solicitava, desde já, aos senhores Vereadores, sobretudo aos que não exerciam em regime de permanência, o seu mandato, que fossem equacionando algumas propostas e trabalhos, pois como já tinham feito e trabalhado o orçamento de dois mil e dois, gostaria de prosseguir o mesmo trabalho para dois mil e três. -----

----- Esperava que, durante o mês de Novembro, tivessem uma reunião específica sobre aquela matéria, mas até lá fazia aquele convite, para que, os Senhores Vereadores, através do retorno de informação e necessidade que tinham de alguns projectos, que considerassem mais oportunos e mais adequados, formalizassem as suas propostas, para que dentro da estratégia financeira que iram ter, seriam enquadrados os que fossem possíveis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que se tinha realizado, na passada quarta-feira, uma reunião Presidida pelo Presidente da Unidade de Gestão do Centro dos Fundos Comunitários. Naquela reunião foi discutida toda a problemática de gestão do Quadro Comunitário Três, e ao mesmo tempo, tentar trazer junto dos meios de comunicação social, a divulgação do que tem sido a execução, das diferentes medidas, num quadro desconcentrado. -----

----- Gostaria ainda de referir que, a situação naquele momento, e independentemente, de poderem considerar que tem havido uma boa execução do quadro comunitário, o que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

era inquestionável, sobravam-lhe preocupações que gostaria de transmitir, em relação ao futuro. -----

----- Tinha havido até ao momento, uma utilização maciça do quadro comunitário, que nalgumas medidas provocavam, ainda em dois mil e dois, a quatro anos do termo do referido quadro, um "over-booking" em várias medidas. Significava isto que, para projectos de uma indole extremamente elevada, sobretudo em áreas nevrálgicas das infra-estruturas, como o Concelho de Montemor ainda não possuía, com cotas bastante baixas de acessibilidade aos fundos FEDER, as circunstâncias eram delicadas. -----

----- Mais disse haver pressões, do ponto de vista dos próprios autarcas, para que em dois mil e três, fosse redefinido um quadro funcional, com possibilidades de recuperação de algumas medidas através da transferência de outras que eram menos utilizadas. Ao mesmo tempo deixar a preocupação de que aqueles fundos, teriam que ter uma perspectiva de que alguns concelhos, que trabalharam em "over-booking", não fossem mais uma vez beneficiados, em detrimento daqueles que não tinham tido aquela mesma utilização. -----

----- O caso de Montemor era sintomático. Neste momento ainda tinham cota do eixo um, da medida um, para utilizar, o que era bom e importante. Significava, que afinal não haviam tantas candidaturas para serem executadas, e teriam que aproveitar a oportunidade e apresentá-las. Havia situações fragilizadas, e nevrálgicas, quando por exemplo, lançavam alguns projectos, que teriam que ser desviados de medidas mais adequadas, onde se integravam melhor, como por exemplo a Piscina Municipal. -----

----- Ainda não tinha uma resposta definitiva naquela matéria, mas no eixo três do desporto, todo o Quadro Comunitário Nacional, estava esgotado. Era com grandes dificuldades que iriam enquadrar aquela circunstância. Havia, contudo, algumas perspectivas que iriam ser ainda, discutidas e negociadas com a Administração Central. Tinha uma audiência solicitada para equacionar, a curto prazo, aquela problemática da Piscina Municipal, em primeira instância. Em segunda instância, a questão da Pista de Remo. -----

----- A estratégia era, eventualmente poderem canalizar a piscina para o Quadro de Enquadramento Desconcentrado e Regional, enquanto que, em relação à pista de remo, e naquele aspecto era muito mais rígido, pois achava que tinha que ser discutida em termos do patamar da Administração Central, e não da outra intervenção desconcentrada. -----

----- Referiu ainda que, tinha vindo a encontrar eco na Comissão de Coordenação, e no Presidente da Unidade de Gestão, e que iria tentar dar sequência. -----

----- Gostaria de referir algumas das preocupações que estavam subjacentes, àquilo que tinha sido o trabalho desenvolvido por todos, no início do mandato, daquilo que tinha sido a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e dois e anos seguintes, elencando um conjunto de iniciativas que pensava que tinham a concordância unânime deste executivo e quanto é que isso significava : -----

----- A Biblioteca Municipal, um investimento de cerca de um milhão e meio de euros;-----

----- A Pista de Remo, ainda equacionada, ainda dentro daquele pacote, com cerca de cinco milhões de euros de investimento necessários;-----

----- Os Centros Históricos de Montemor, Pereira e Tentúgal, completar ainda situações subjacentes, um investimento de cerca de quinhentos mil euros; -----

----- A Piscina Municipal, dois milhões e meio de euros;-----

----- As outras piscinas, cujos projectos estavam em fase de ultimação, um milhão e duzentos e cinquenta mil euros;-----

----- As Etares e Saneamento do concelho, cerca de doze milhões e meio de euros; -----

----- As Etares agrícolas duzentos e cinquenta mil euros; -----

----- A recuperação do leito abandonado do Mondego, quinhentos mil euros, -----

----- Infra-estruturas no Pré-Escolar, quinhentos mil euros; -----

----- Parques Infantis, duzentos mil euros;-----

----- Extensões de Saúde, trezentos mil euros;-----

----- Novo edifício da Câmara, um milhão de euros; -----

----- Pólos Industriais, dois milhões e meio de euros; -----

----- Rede Viária – recuperação e abertura dos novos troços, sete milhões e meio de euros;- -----

----- Nova E.B. no Concelho de Montemor, setecentos e cinquenta mil euros; -----

----- Recuperação do Celeiro dos Duques de Aveiro, duzentos e cinquenta mil euros; -----

----- Cartografia digital – revisão do P.D.M. e S.I.G.S, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, Concursos de Ideias, seiscentos e cinquenta mil euros; -----

----- Ciclovia – quinhentos mil euros;-----

----- Arranjo do Pavilhão Municipal e exteriores, quatrocentos mil euros;-----

----- Criação de um Centro de Estágio, duzentos e cinquenta mil euros.-----

----- Recuperação de todo o tecido desportivo, quatrocentos mil euros;-----

----- Recuperação da Galeria de Arte – Posto de Turismo e equipamento para o Teatro Esther de Carvalho, duzentos e cinquenta mil euros. -----

----- Outras despesas variadas, cerca de duzentos e cinquenta mil euros. -----

----- Este pacote todo, ronda os cerca de quarenta milhões de euros. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Mesmo que se tirassem os cinco milhões da Pista de Remo, estavam a falar de trinta e cinco milhões de euros. -----

----- Não era exaustivo, estavam a falar das grandes obras, mas havia outras tantas que se fosse preciso, qualquer um, poderia acrescentar. Para se ter uma realidade, em relação ao corrente ano e de acordo com a nova alteração ao Plano e Orçamento que irá ser feita nesta reunião, estava-se no limiar da receita prevista. Estava-se com uma taxa de execução do orçamento de cerca de sessenta e cinco por cento, atingindo-se deste modo, cerca de três milhões e meio de contos (dezassete milhões e quinhentos mil euros) de execução orçamental. Se se verificar, nos últimos anos, o máximo que se atingiu foi dois milhões e oitocentos mil contos de pagamentos para nível de execução de quarenta por cento. Neste momento estava-se a falar num aumento de cinquenta por cento. Mas, em relação a dois mil e três, as circunstâncias que se avizinhavam desde já, era uma fonte garantida de recebimentos e de receitas que deveria atirar-nos para um orçamento na casa dos vinte e dois milhões e meio de euros, o que significava um corte de cerca de vinte por cento no orçamento deste ano. Aqui, também se notava claramente que com a aplicação da nova legislação do POCAL, todas aquelas "almofadas" que existiam antes, têm vindo a desaparecer, eles próprios têm vindo gradualmente a atingir esse nível de enquadramento e portanto, em relação a dois mil e três, iriam ter que ser ainda mais rigorosos. -----

----- Pretendia ainda dizer que, concluídas as obras da Vila e as obras do Centro Náutico de Montemor, e em relação a estas duas grandes obras, as quais actualmente levam praticamente oitenta por cento da dívida a empreiteiros, estava a falar grosso modo, de quinhentos e cinquenta mil, à "Monte e Monte" da Obra da Pista, que ainda está por pagar e cerca de trezentos e cinquenta mil contos, às firmas que se encontram a gerir a zona urbanística de Montemor, Pereira e Tentúgal. -----

----- Tirando estes dois bolos, há outro grande que está em dívida, e que se prende com a estrada trezentos e trinta e cinco, do qual ainda não foi recebida qualquer verba, havendo neste momento processado cerca de duzentos e quarenta mil contos e têm duzentos e cinquenta e oito mil contos a haver do Protocolo com o ICERR. -----

----- Isto significava que, era possível chegar ao final do ano com um "plafond" financeiro de dívida, continuando-se a cumprir escrupulosamente o prazo de noventa dias de pagamento, quer a fornecedores, quer a empreiteiros, tirando os casos dos empreiteiros em que estão a ser caucionadas as verbas pelos Fundos Comunitários, sendo possível chegar ao final do ano, dizia, com uma dívida no montante máximo dos quinhentos mil euros, a fornecedores, e também de um milhão a um milhão e meio de euros a empreiteiros.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

Para poder equacionar depois o encaixe das obras que têm vindo a aprovar para serem desenvolvidas em dois mil e três. Irá servir de tampão a isto, a capacidade de receita da Câmara Municipal; e aí, quer se queira quer não, é um ano extremamente delicado. É um ano que claramente tem que se utilizar uma argumentação clara, que garanta haver muito maior pressão junto da Administração Central para negociar um PIDDAC dois mil e quatro adequado. Era evidente que, se houvessem projectos deixados, também eles teriam sido incluídos no PIDDAC de dois mil e três.-----

----- Disse ainda que, estava extremamente desagradado com o PIDDAC de dois mil e três para Montemor, mas logicamente pensava que extra - PIDDAC irá ter capacidade para negociar e gerir projectos com a Administração Central, porque em outros anos atrás se viu que os PIDDAC'S foram extremamente ricos em termos de terminologia para o Concelho e depois não se verificaram as transferências. Era preferível partir-se de uma situação oposta, indo conquistando terreno e negociando. -----

----- Dentro das possibilidades, esta era a estratégia que pretendia desenvolver. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Deu conhecimento que tinha tido uma reunião no Centro Regional de Segurança Social, com o Senhor Responsável Dr. Oliveira Alves, sobre vários assuntos que considera importantes para o Concelho, nomeadamente: apresentou-lhes o programa que a Câmara irá desenvolver para a população Sénior “Dar Mais Vida aos Anos”, projecto este que foi elogiado e considerado impar, em termos distritais, não sabendo mesmo se em termos nacionais existia algo com aquelas características, sobretudo de relacionamento com a saúde. -----

----- Com base nisto, apresentou uma proposta para a própria Segurança Social se associar em parceria com esta Câmara Municipal e com o Centro de Saúde, para com este projecto poderem intervir mais próximo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho e ter uma intervenção mais adequada. Tinha verificado que houve uma grande receptividade e apresentou duas propostas de apoio:-----

----- Primeira – colaboração directa com a Câmara Municipal e com a APPACDM, na recuperação do tanque. -----

----- Segunda – candidatura feita pela autarquia a uma viatura específica para este género de iniciativas e actividades, porque cada vez mais a autarquia tem, monitores, professores, deslocação técnica e material de funcionamento para apoio.-----

----- Estas duas propostas foram vistas com bastante agrado, esperando que elas se venham a concretizar. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Mais disse que, em relação à APPACDM, neste momento, a breve trecho será efectuado um acordo a três, para a execução da recuperação da Piscina. Neste momento as coisas estão adiantadas, já há levantamentos concretos de encargos, já há orçamentos e já há pretensamente um acordo pelo qual a autarquia assume a responsabilidade da gestão do tanque, a partir das dezassete até às vinte e duas horas, em termos diários, e ao fim de semana, ficando ao seu cuidado o controle qualitativo das águas em parceria com o Centro de Saúde.-----

----- Ficarà garantido que este protocolo terá para já uma extensão temporal de três anos, garantindo os custos de manutenção que se pressupõe existir através do investimento que a autarquia fará.-----

----- Mais disse que, foram colocadas na Segurança Social, duas questões que se prendem com os Centros de Dia e Lares de Pereira e Arazede, projectos estes que estão na fase final de apreciação, tendo reforçado o empenhamento para que esses projectos sejam rapidamente deferidos.-----

----- Uma outra questão que equacionou, e que vem na sequência da conversa já tida na última reunião de Câmara, foi da hipótese de equacionar-se uma nova creche e um novo jardim de infância para Montemor. E isto, a três níveis: um deles não tem a ver com a Segurança Social, será mais com a DREC, que era de construir uma EB nova, de raiz e que começava com a creche, jardim de infância e por aí fora. Uma outra, era da autarquia aparecer a candidatar-se a uma creche jardim de infância dentro das suas disponibilidades de espaço e de logística e depois entregar a gestão a entidades, que dentro desta matéria tenham perfil. A terceira era até que ponto as próprias instituições estão interessadas a desenvolver e ter o apoio garantido para equacionar uma resposta que, neste momento, é claro que Montemor está carente nesta matéria.-----

----- Deixava ali uma vez mais a sua disponibilidade e empenhamento, para em qualquer uma destas três vertentes estar disponível. Pensava que o papel irá partir da discussão interna do executivo, deliberar a estratégia, sobre qual será a mais adequada e ouvir os parceiros que na sociedade civil têm desempenhado funções nesta matéria e encontrar uma solução.-----

----- Mais disse que, dois mil e três, pode aparentemente parecer um ano perdido, mas não será se tiverem todo um conjunto de preocupações que se concretizem, em termos de projecto, e de soluções.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- **Quinta** – Deu conhecimento que na conversa tida com o Centro Regional de Segurança Social, formalizou o pedido de abertura da extensão em Arazede, num prazo mais conveniente e mais alargado, até porque uma grande parte dos beneficiados do sistema, são oriundos daquela zona e aquele espaço só está aberto muito esporadicamente, sendo o funcionário até natural de Arazede e ter que se deslocar para Montemor. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** – Informou que, na passada Quarta-feira decorreu a primeira reunião da Protecção Civil, onde estiveram presentes os representantes das Escolas Básicas Integradas do Concelho, Escolas Profissionais e com a Escola Secundária de Montemor. -----

----- Esta reunião teve o objectivo de as sensibilizar para um Plano de Trabalho conjunto durante este ano escolar, a três níveis: a nível da sensibilização do tecido escolar, para a problemática da Segurança e da Protecção Civil, esquematização dos Planos de Emergência das Escolas que, neste momento, são obrigatórios e que as Assembleias de Escola e os Conselhos Executivos são, neste caso, as principais entidades responsáveis nesta matéria e em terceiro lugar pela criação de exercícios práticos e, simulacro do Plano de Emergência das diferentes escolas. -----

----- No contexto do Concelho há grandes disparidades na evolução que as escolas têm neste segmento de preocupação, nomeadamente as escola básica de Carapinheira e Montemor, que talvez sejam as que estejam com projectos mais avançados. Torna-se necessário recuperar agora todo o tecido escolar para depois de efectuada todas estas tramitações poder-se desde já desencadear acções de sensibilização e de simulacro que levem a estrutura escolar a responder em situações delicadas e de catástrofe, de uma forma mais concreta. -----

----- Por outro lado, isto também é importante, porque os próprios alunos acabam por ser veículos transmissores para as suas famílias das problemáticas levantadas na escola, como o caso, dos terremotos, dos fogos, de bombas, etc. para que haja um procedimento que a população vai ganhando mais ou menos através deste contacto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sétima** – Informou que, como já devia ser do conhecimento do executivo, já há a nova rede de iluminação na Ponte das Lavandeiras e no Casal Novo do Rio, esperando que agora a E.D.P. proceda ao retiro de todos os postes antigos, bem como proceder-se ao arranjo dos passeios. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- **Oitava** – Deu conhecimento que hoje, pelas vinte e uma horas, será discutida a Postura de Trânsito numa reunião pública, pelo que convidava o executivo a estar presente.

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO** -----

----- **Primeira** – Deu conhecimento que pretendia felicitar a Junta de Freguesia de Pereira e a população, pela passagem de mais um aniversário de elevação a Vila e também registar as magníficas instalações da Escola Básica Integrada, parecendo-lhe serem as melhores de todo o Concelho. -----

----- Disse ainda que, o Jardim de Infância já está em funcionamento, o Pavilhão precisa de resolver alguns aspectos de segurança, nomeadamente nos topos e chamava a atenção para esse facto, pois aquilo como está pode provocar algum acidente. -----

----- Pretendia associar a tudo aquilo, uma felicitação especial à iniciativa e ao trabalho dinamizado pela Associação Cultural e Desportiva de Pereira, na organização da mostra de artesanato e gastronomia e ao mesmo tempo à acção de fabrico de queijadas de Pereira que lhe pareceu que constituiu um enorme êxito, confirmando o potencial daquele doce, quer ao nível da freguesia, quer ao nível concelhio. -----

----- Assim, propunha que, dentro dos possíveis, a autarquia pudesse sensibilizar e criar condições para que em Pereira, de uma vez por todas, haja um fabrico contínuo e postos de venda, pois é um desperdício não aproveitar bem aquele potencial. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Pretendia fazer uma nota especial sobre o intercâmbio que está a decorrer entre cinco municípios da região de Sevilha e quatro municípios desta região que compõem a AD ELO, esperando que pudesse resultar para o futuro algumas parecerias concretas e fundamentadas na convenção que o Governo Português e o Reino de Espanha assinaram recentemente e que permite que as autarquias de um País e de outro se relacionem, inclusive, através de formas com personalidade jurídica, ou não e que poderia numa componente ou numa perspectiva de relacionamento transfronteiriço, trazer algumas vantagens, especialmente porque, se calhar, por esta via da juventude, cultura e desporto, se pode chegar a uma outra via, que é a via do relacionamento mais estreito, também ao nível económico. -----

----- O que é certo é que os espanhóis já entraram em Portugal e estão na nossa zona há muito tempo, inclusive no Concelho, a gerir negócios e nós não temos nenhum retorno inverso. A complementaridade e a realidade quer de uns, quer de outros, é de tal forma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

grande que pode resultar em alguma reflexão e em troca de algumas experiências positivas quer para eles, quer para nós. -----

----- Este era o registo que gostava de deixar e realçar a forma como a Câmara Municipal e os seus representantes têm vindo a acompanhar toda a iniciativa. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Pretendia um esclarecimento sobre o recente acidente ocorrido com um jovem na estrada Boleta/Meco, nomeadamente se já se averiguaram as razões que levaram o empreiteiro, na Sexta-feira, após o acidente e, no Sábado de manhã, feriado, a proceder ao arranjo da estrada e se foi da sua exclusiva iniciativa ou não. Este assunto ainda não “morreu” e parecia-lhe ser de toda a conveniência, que depois da tomada de posição que todos tiveram na reunião anterior, isto ficasse esclarecido, de uma vez por todas. -----

----- **Quarta** - Pretendia fazer um comentário às informações prestadas pelo Presidente da Câmara. Tinha tido o cuidado de fazer a listagem que foi enunciando sobre obras que estão em curso, mas a maior parte delas já vinham do mandato anterior. Gostava de realçar, pois tentava fazer sempre este papel que, apesar de ser ingrato, é o papel que lhe compete fazer permanentemente e à maioria compete pôr em causa o que vem de trás, a si compete-lhe valorizá-lo. -----

----- Independentemente de tudo e como foi dito, este ano é talvez o ano em que se atinge na história do município de Montemor a melhor “performance” económica, no binómio investimento realização de obra visível para o Concelho, isto resulta de uma conjugação entre o que estava em curso e o que vem, e a capacidade de execução deste executivo. -----

----- Por último e respondendo à questão das estruturas e da reunião que foi tida com o Director do Centro Regional de Segurança Social, julgava que Montemor, e não só Montemor Vila, mas sim o Concelho necessita rapidamente de reforçar a sua capacidade de resposta ao nível da primeira infância, embora haja outras hipóteses, ao nível da infância e juventude que também não devem ser descuradas e ainda se foram colocadas as diferentes soluções, parecendo-lhe que qualquer uma delas é boa. O que é preciso é que se façam e que haja respeito pela história.-----

----- De todas as formas, por princípio, parecia-lhe que devia haver um diálogo com as Instituições que protagonizam estes trabalhos no Concelho e, de comum acordo, encontrar-se o melhor caminho. Independente de quem é a tutela ou a propriedade, parece-lhe que o que é importante é que se façam o mais rapidamente possível este tipo de estruturas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR ANTÓNIO RAMALHETE -----

----- **Primeira** – Perguntou se, a nova conduta de águas concluída recentemente em Pereira, que vem desde a passagem de nível até à Sr.^a do Pranto, é para terminar naquele sítio. --- -----

----- Segundo informação do empreiteiro, a conduta é para terminar na Sr.^a Do Pranto, perguntando se havia alguma razão plausível, para não se continuar, sabendo-se que, a maior parte dos rebentamentos da conduta é daquela zona para baixo. -----

----- Queria enaltecer o trabalho daquele empreiteiro porque se todos os empreiteiros tivessem a preocupação que aquele tinha, não só na sinalização das obras, como na limpeza das vias, grande parte dos acidentes não se verificariam. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Há cerca de dois anos atrás, tinha feito uma intervenção na Assembleia Municipal, em relação ao Largo Fronteiroço do Paço, em Formoselha. Tinha ficado convencido que a Junta de Freguesia da altura tinha movido uma acção, e que tinha feito alguma coisa para saber de quem aquele Largo era pertença. O certo é que era para se fazer um jardim e aquilo está completamente ao abandono e vedado. -----

----- Disse ainda que tinha falado com pessoas mais velhas e que lhe disseram que sempre se lembram daquele ser um espaço público. Julgava que, este era um assunto que carecia de ser analisado, pois tinha dúvidas se aquele espaço pertencia de facto às pessoas que indevidamente procederam aquela vedação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Questionou sobre para quando estaria prevista a ligação do saneamento, em Pereira, porque há pessoas que têm as vivendas prontas e não as podem habitar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Informou que na rua, junto da Misericórdia havia um pequeno troço de estrada que vinha ter à passagem de nível. Pretendia saber se estava prevista para lá alguma intervenção? -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍDIO FIDALGO -----

----- **Primeira** – Informou que havia uma questão que tinha sido colocado pelo Vereador Victor Camarneiro e que tinha ficado sem resposta, no que dizia respeito ao acidente ocorrido na estrada Boleta/Meco. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Foi perguntado pelo Vereador Victor Camarneiro se já tinham confirmado se havia uma programação da parte do empreiteiro ter aparecido na obra, na Sexta-feira, da parte da tarde e no Sábado, de manhã, por sua vez feriado, cinco de Outubro.-----

----- O Senhor Presidente não tinha respondido.-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara informando, que, quer ele, quer a sua Vereação, não deram indicações nenhuma nesse sentido, pelo que desconhecem essa matéria. -----

----- Seguidamente pronunciou-se o Vereador Abel Girão dizendo que, não percebia porque é que estavam de novo a questionar este assunto, porque se lerem a acta anterior, está lá tudo devidamente esclarecido. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, perante o que foi dito, que havia uma programação do empreiteiro para fazer uma intervenção naquela data. A questão que se coloca e que foi a resposta que deram a algumas pessoas que os interrogaram é que se foi exibido, na reunião da Câmara Municipal, a programação do próprio empreiteiro para esse fim, ou se foi transmitido, tendo eles informado que foi transmitido.-----

----- No fundo, querem salvaguardar a imagem da Câmara Municipal, da posição que todos tomaram e com a qual era solidário, mas independentemente disto quer saber se havia alguma coisa escrita da parte do empreiteiro ou não que iria fazer uma intervenção naquele dia, porque as pessoas levantavam a questão de ter havido algum contacto malicioso e que poderá estar a colocar do o executivo em cheque.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, o empreiteiro tinha informado que, durante aquela semana iria fazer uma recarga no pavimento, não dizendo qual o dia, mas só apenas que seria feito naquela semana. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

-----1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

----- 1 - ESTUDO DE VIABILIDADE DO CENTRO NÁUTICO DE ----- ----- MONTEMOR-O-VELHO - ADJUDICAÇÃO-----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e sete de Setembro foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar o Estudo de Viabilidade económico-financeira para o Centro Náutico de Montemor-o-Velho, à firma Deloitte & Touche, Ld^a., pelo montante de dezassete mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Fazer a audiência escrita nos termos do artigo cem e cento e um do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- **1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -**
----- **169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA** -----
----- **PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre dez a vinte e dois de Outubro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **O presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **2 - PEDIDO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO POR TRINTA DIAS** -----

----- Foi presente o pedido de licença sem vencimento, pelo período de trinta dias, do funcionário Arménio Manuel Pereira Rodrigues. -----

----- Nos termos do numero um, do artigo setenta e quatro do Decreto-Lei numero cem barra noventa e nove, de trinta e um de Março, o funcionário pode requerer em cada ano civil, licença sem vencimento com a duração máxima de noventa dias, a gozar seguida ou interpoladamente.-----

----- De acordo com informação dos serviços, nos termos do numero dois do artigo setenta e três do diploma acima referido, a concessão da referida licença depende de prévia ponderação de conveniência de serviço. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir o pedido de licença sem vencimento por trinta dias, a partir do dia quatro de Novembro, de dois mil e dois, apresentado pelo funcionário Arménio Manuel Pereira Rodrigues. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em para efeitos imediatos. -----

----- **1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.** ----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA** -----
----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES -**
----- **INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE**
----- **JANEIRO.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia dez a vinte e quatro de Outubro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia vinte e quatro de Outubro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um milhão duzentos e oitenta e dois mil novecentos e noventa e um euros e doze cêntimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e dezassete cêntimos. -----

----- A Câmara após estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -

----- **3 - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO -- DE CÂMARA DE TREZE DE SETEMBRO - PROPOSTA DO----- VEREADOR PEDRO MACHADO-----**

----- Foi presente, para rectificação da deliberação da primeira proposta do Vereador Pedro Machado, tomada na reunião de Câmara de treze de Setembro do corrente, pois por lapso, não mencionou que os valores propostos são acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.--

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção do Vereador Emídio Fidalgo, rectificar a deliberação supra, passando a constar da mesma, que aos valores propostos será acrescido IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **4 - REPARAÇÕES PARCIAIS EM ESCOLAS PRIMÁRIAS: ----- ESCOLAS PRIMÁRIAS DO MECO, TORRE (MONTEMOR-O- ----- VELHO) E MOINHO DA MATA - CANCELAMENTO DE CAUÇÕES --**

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser canceladas todas as cauções prestadas pela firma Gil Dias, Ld.^a-----

----- A Câmara tomou conhecimento e de acordo como disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento de todas as cauções

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

referentes à obra de "Reparações Parciais em Escolas Primárias: Escolas Primárias do Meco, Torre (Montemor-o-Velho) e Moinho da Mata", prestadas pela firma Gil Dias, Ld.^a -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5 - PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE MONTEMOR-O-VELHO - VENTILAÇÃO DE BALNEÁRIOS - CANCELAMENTO DE CAUÇÕES** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada do auto de vistoria da obra supra, no qual se atesta que as obras se encontram executadas nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, podendo assim, ser canceladas todas as cauções prestadas pela firma Gil Dias, Ld.^a -----

----- A Câmara tomou conhecimento e de acordo como disposto no numero um do artigo duzentos e dez, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento de todas as cauções referentes à obra de "Pavilhão Gimnodesportivo de Montemor-o-Velho - Ventilação dos Balneários", prestadas pela firma Gil Dias, Ld.^a -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6 - ALTERAÇÃO N.º3 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** -----

----- Foi presente a terceira proposta de alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de sessenta e cinco mil euros (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7 - ALTERAÇÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO** -----

----- Foi presente a terceira proposta de Alteração ao Orçamento, no valor de duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos euros (documento anexo à presente acta sob o numero cinco). -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, gostaria de salientar a coincidência de os "sacrifícios" serem feitos, na área da Cultura, das Juntas de Freguesia, mas na componente da Cultura, embora considerasse que, nesta altura do ano, já seria possível ter uma visão dos diferentes sectores. Essa situação era sintomática de que, em sede de orçamento, ou tinham sido optimistas em relação àquela situação, ou então, era porque àquele nível, os níveis de execução estavam aquém daquilo que seria previsto. Ainda por cima, quando eram verbas tão insignificantes, que acabavam por praticamente não serem executadas, ou ficar com verbas muito residuais. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, havia aspectos que tinham a ver com a adaptação feita depois do novo classificativo, e que não tinha posto em causa muitas das execuções do conteúdo daquelas medidas, nomeadamente o teatro amador, em que mantinham todo o apoio. Simplesmente, nalguns casos, e porque depois, tinha sido gerido em termos de transferência para o Associativismo, ele desapareceu do contexto da medida do Plano que estava naquela matéria, para ir para as transferências de capital, a nível do apoio ao Associativismo, dentro da integração da execução daquelas mesmas medidas.-----

----- Havia uma outra situação, que era a questão dos pontos de destaque, que estava prejudicado por uma questão clara. Havia uma fase final daquele projecto que ainda estava por ser executado, mas faltava o local onde ela iria ser desenvolvida. O ponto de destaque era a Galeria Municipal, que neste momento, pelo avançar da obra, já não terá exequibilidade prática e financeira em dois mil e dois, e por isso se ter preterido.-----

----- A Câmara após estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **8 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS - PROPOSTA DE --** ----- **LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2003** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um documento, em que a Associação Nacional de Municípios apresentava algumas observações claras sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e três (documento anexo à presente acta sob o numero seis).-----

----- Disse ainda que aproveitava também para manifestar a sua preocupação, sobretudo para um Município como o de Montemor-o-Velho, carenciado ainda, sobretudo de uma autonomia financeira criada por uma sustentabilidade de desenvolvimento, que visse perigado, não só, a sua capacidade gestora, motivada por questões conjunturais, do próprio município, mas também, por condições, que nalguns casos, a administração central, neste momento, poderá provocar a médio prazo, cerceando condições que a própria municipalidade, naquele momento revestia fragilidade, quer pela sua autonomia financeira e de endividamento, quer sobretudo, pela sua assecibilidade a meios transferidos da Administração Central, adequadamente compatíveis com as necessidades apresentadas pelo Município.-----

----- Congratulava-se com o documento e revia-se na maioria das posturas apresentadas pela Associação Nacional de Municípios e, por isso, não deixava de evocar aquela mesma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

circunstância, porque considerava que, estando no desempenho daquelas funções, o que estava em causa era o município de Montemor, e as condições funcionais de respostas e soluções às necessidades das populações, e naquele caso, o municipalismo tem vindo a dar provas evidentes de boa gestão.-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, na ultima reunião tinha chamado a atenção, para as restrições às Autarquias, não só a redução das transferências financeiras, como também outro tipo de restrições. Considerava que, a questão mais relevante, era que aquela situação denotava uma quebra de investimento na democracia, e que era um dos problemas que existia em Portugal.-----

----- Poderia parecer muito abstracto, mas o que se passava era que o poder autárquico era um dos maiores sintomas do sistema democrático em que vivemos. Desinvestir no sistema autárquico, era desinvestir na democracia. Não há um investimento forte, nem no combate à assimetrias, que normalmente era produzido pelas autarquias, nem por outro lado, no apoio claro e inequívoco às instituições democráticas/autárquicas.-----

----- Acompanhavam perfeitamente o teor da tomada de posição da Associação Nacional de Municípios. Tinham consciência que, havendo um orçamento restritivo, essas restrições iriam chegar a todos, mas o que era denunciado e bem, era que havia uma dualidade de critérios na elegibilidade daquelas restrições. O poder autárquico era efectivamente altamente prejudicado, pois era cortada a sua capacidade de autonomia e a sua iniciativa, mas também porque lhe eram reduzidas as receitas de forma substancial. Por isso, o próximo ano será certamente, para as autarquias, um ano difícil e Montemor, tal como estava já previsto que, em PIDACC e havendo um corte de receitas, ou terá que ter capacidade para inventar e gerar receitas, ou então, irá ter um ano de grandes "apertos". --

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre dez a vinte e quatro de Outubro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 - PAGAMENTO DE RECIBOS DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, acompanhada de uma carta de, Maria João Carriço Sansana, consumidora de água desta Câmara Municipal, com o número mil

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

setecentos e noventa e cinco, a pedir para pagar a água respeitante aos meses de Julho/Agosto de dois mil e dois, em três prestações mensais. -----

----- Pelos serviços foi ainda prestada informação que o montante da dívida poderá ser pago em prestações, no máximo até seis meses, mas sujeito a juros de mora, conforme determina o numero dois do artigo quarenta e dois do Regulamento de Abastecimento de Água ao Município de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento de água de Maria João Carriço Sansana, respeitante aos meses de Julho/Agosto de dois mil e dois, em três prestações mensais. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3 - REGULAMENTO MUNICIPAL DO TRANSPORTE PUBLICO ---**

----- **DE ALUGUER EM VEICULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS DE -----**

----- **PASSEGEIROS - APROVAÇÃO -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que o prazo de discussão pública do regulamento referido em epígrafe tinha terminado, tendo havido a participação de várias entidades, nomeadamente a ANTRAL, os representantes dos táxis do município, dos carros de aluguer, etc., que deram sugestões, e que foram contempladas e alvo de correcção (documento anexo à presente acta sob o numero oito). -----

----- Com a legislação agora em vigor, as autarquias tinham novas responsabilidades, nomeadamente no tocante ao licenciamento e passagem de alvarás, que terão, e de acordo com o pedido dos próprios preponentes concelhios, deveriam estar ultimados até final do corrente ano. -----

----- Assim, propunha a aprovação do Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros, para que fosse presente à reunião da Assembleia Municipal, para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, bem como o envio à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE -----**

----- **- PROPOSTA -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do Regulamento Municipal de Publicidade (documento anexo à presente acta sob o numero nove). -----

----- Considerava que se tratava de um regulamento muito delicado e muito específico. Neste momento, estavam a ser confrontados com circunstancias que já foram debatidas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

quer pela maioria, quer pela oposição, em que tinham o mesmo ponto de vista, em relação à "limpeza" de toda a informação que encontravam nas estradas. -----

----- Não possuindo o Município, uma legislação própria, vinham a ser confrontados com pedidos para a instalação de determinado tipo de informação, em determinadas locais e tem sido dada resposta negativa. Devido a essa situação, têm vindo a ser questionados qual era a legislação em que se estavam a basear para estarem a proferir tais despachos. --

----- Assim, a Câmara terá que definir através daquela postura e da respectiva Assembleia Municipal, locais que sejam adequados e facilitadores, para determinado tipo de publicidade, e deviam esmerar que o impacto, em termo ambientais e paisagísticos, seja o mais recatado possível. -----

----- A pedido do Presidente da Câmara, interveio a jurista da Câmara Dr.a Ana Célia Parente dizendo que, se tratava de um regulamento muito complicado, porque a legislação de suporte era muito generalista, não mencionando sequer quais eram os tipos de mensagens publicitárias autorizadas, ou que a Câmara poderá autorizar. A legislação existente, remetia praticamente tudo para o Município. Mesmo no tipo de definições, a legislação não tinha qualquer espécie de suporte. O Código da Publicidade referia outro tipo de disposições que não aquelas. Julgava que existiam questões que deveriam ser tratadas, como por exemplo se o Município autorizava ou não, que pessoas de outros concelhos venham afixar determinados painéis, a questão das taxas, a dimensão e o tipo de mensagens publicitárias, etc. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, reconhecia que se tratava de uma das coisas mais complicadas, não só neste concelho, mas também noutros locais. Tinha dado uma leitura ao documento e no que dizia respeito aos toldos, à imposição de cadeiras de madeira nas esplanadas, não poderiam ser muito restritivos. Em relação às esplanadas, estas eram, normalmente, fornecidas por empresas comerciais, e que eram de plástico. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, tinha vindo a notar alguma falta de sensibilidade dos próprios serviços, em relação aos regulamentos, e naquele caso concreto ia directamente às questões: aquelas posturas eram canalizadas pela Câmara, para serem abertas à discussão pública. Os trabalhos eram feitos em parceria, entre o Gabinete da Presidência e os Departamentos. A partir da altura em que saiam da reunião de Câmara, quem era responsável por aquela matéria, era o Departamento da área a que dizia respeito a postura. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- No caso do Regulamento Municipal da Publicidade, era o Departamento de Administração Geral, que a partir de agora, iria instruir todos os funcionários que fossem necessários de que, nos locais onde terão que estar aqueles regulamentos, facilitassem a consulta, para que os munícipes não alegassem que desconheciam. A próxima vez que aquela situação se repetisse, garantia que não ia ficar queto, porque haviam questões funcionais, para as quais já tinha chamado a atenção, que tinham que ser pensadas.-----

----- Mais disse que, em relação à divulgação tinham que utilizar cada vez mais e melhores sistemas para chegar às pessoas. Hoje, as pessoas, e isto era uma questão também de posição e até de "educação" democrática, só vinham atrás do polémico, e não do discutível. Tinha visto aquela situação aquando da discussão da postura de trânsito em Montemor. O que se punha em causa hoje eram situações, como por exemplo, olhar para um investimento de um cinco milhões de euros e questionar-se se os carros podiam estacionar em cima dos passeios. Havia qualquer coisa então, que estava mal no sistema.-----

----- Não poderiam estar sempre a atribuir a culpa às intempéries e por isso teriam que equilibrar o "texto", que era um texto real, mas que também começava a ser cansativo e ao mesmo tempo esgotado, do que foram as intempéries, do que foram as obras, etc., mas em parceria com aquela situação quais tinham sido as alterações que se tinham verificado no produto? A conjuntura nacional era má, a local também não era a melhor, mas não se podia, à conta daquelas situações entender-se que um investimento de médio e longo prazo se sacrificasse, com questões de somenos importância.-----

----- Teriam que ter algum saber, para que pedagogicamente, saber resolver as coisas, mas também não podiam ser complacentes com algumas formas com que eram abordados, e os senhores Vereadores podiam ler, em que algumas pessoas diziam que se as coisas não forem feitas de determinada forma, iriam exigir à Câmara indemnizações. As pessoas esqueciam-se que, o Direito, do ponto de vista daquilo que a Administração Local estava a fazer, estava consignado, de uma forma clara e inequívoca, desde que não fosse prepotente, abusiva ou lesativa.-----

----- Havia questões muito delicadas e que teriam que ser buriladas com alguma cautela. Quem ler algumas das cartas que as pessoas enviam com reclamações, por exemplo em relação ao Regulamento da Postura de Trânsito, ficam com a ideia de que as pessoas quase queriam o carro dentro de casa, nomeadamente funcionários de determinadas instituições, etc.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, por um lado, gostaria de sugerir e solicitar que aqueles documentos ficassem disponíveis no site da Câmara. Achava fundamental, porque havia um determinado tipo de população, que já não era tão pequena como isso, que acedia muito facilmente à informação através da Internet, dando assim uma nota de alguma modernidade por parte do município. -----

----- Por outro lado, embora soubesse que os recursos humanos da Câmara eram escassos, seria também importante, especialmente nas zonas mais sensíveis, tentar fazer uma acção de divulgação daquelas posturas, pessoalmente. Em Montemor existia pouco comércio, infelizmente, e em duas horas fariam uma passagem pelos diferentes estabelecimentos comerciais e deixavam uma cópia da postura, pois pensava não ser nenhuma fortuna, e pedagogicamente era correcto. -----

----- Em relação ao que tinha sido referido pelo Senhor Presidente, concordava na generalidade com o que tinha dito, mas, até porque residia no Centro Histórico de Montemor, havia também que ter em atenção que, não se podia desinstalar, sempre que isso fosse possível, as pessoas que ali residem. Como era do conhecimento do Executivo, cada vez menos residiam pessoas no Centro Histórico de Montemor. Deveriam optar por soluções, como acontecia noutros Centros Históricos, como por exemplo em Évora, em que, praticamente em todas as ruas tinham estacionamento condicionado, mas os moradores tinham alguns direitos especiais, de quem investia num centro histórico e lá vivia. -----

----- Ele próprio, a título pessoal tinha feito uma reclamação em relação à postura de trânsito, e uma das coisas que alegava era o seguinte: não poderiam esconder os carros durante o dia, e à noite estacioná-los num local que não incomode, e no dia seguinte voltar a escondê-los. Se um morador for obrigado a ter aquele ritmo de preocupação, especialmente quando não utilizar o carro todos os dias ou que trabalhe fora, era um pouco complicado. Considerava que deveria haver um certo bom senso, entre quem regulamentava e quem era regulamentado. -----

----- Considerava que os regulamentos não deveriam servir como uma fonte de afirmação, de autocracia, mas que sirvam como um modelo de pedagogia, de mobilização dos cidadãos, para aquilo que era importante efectivamente fazer. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que lhe parecia, e depois de tudo o que tinha lido na Postura, não encontrava nada específico para a possibilidade de, na existência de uma ventania que mandasse abaixo os painéis ou os toldos, como se processaria à sua remoção. Falava apenas na remoção dos painéis após trinta dias de deixarem de ter publicidade. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Após alguns considerandos, o Presidente da Câmara propôs ao executivo o envio do documento para discussão pública, por um prazo de trinta dias, através dos respectivos editais, bem como a divulgação nos jornais locais, nas Juntas de Freguesia e noutros locais normalmente destinados à publicação dos actos públicos praticados pelo executivo.-----

----- Propôs ainda o reforço do pedido da melhor divulgação, para além daquilo que estavam a ser os locais de afixação, a divulgação na imprensa, poder também, através dos serviços camarários, fazer chegar, em parceria com a Associação Empresarial de Montemor, uma grande parte daqueles documentos, a estabelecimentos do concelho, que demonstrassem interesse naquela matéria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a abertura do inquérito público, a decorrer durante o prazo de trinta dias úteis. A abertura do período de discussão pública, deverá ser publicitada convenientemente, não só, pela afixação de editais nos locais de aplicação do regulamento, mas também, por informação nos jornais locais e noutras publicitações, que normalmente davam aso à publicitação dos actos públicos praticados pelo executivo. Finda a discussão pública, deverá ser feita uma ponderação pelos serviços e, pelo Gabinete da Presidência, sobre o conteúdo das sugestões apresentadas pelos particulares e elaborada a versão final do regulamento, que deverá ser apresentada ao executivo para aprovação, e depois ser presente à Assembleia Municipal para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.-----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre onze a vinte e quatro de Outubro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dez).

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----
----- EDIFICIO MULTIFAMILIAR NA URBANIZAÇÃO "SENHORA -----
----- DO DESTERRO - LOTE F", EM MONTEMOR-O-VELHO - PROC. --
----- N.º 61/01 - ALTERAÇÃO DE PORMENOR -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Foi presente o pedido de licenciamento em epígrafe, acompanhado de uma informação/parecer técnico numero trezentos e cinquenta barra zero dois, segundo o qual se constata que a implantação da proposta apresentada para o lote F, excede o polígono de implantação permitido no alvará de loteamento numero um barra de dois mil, de onze de Abril de dois mil.-----

----- Contudo, os serviços informam que se trata de uma variação de área de implantação inferior a três por cento, sem aumento de numero de fogos, e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no PDM, pelo que, nestas circunstâncias, considera-se alteração de pormenor conforme o estipulado no numero cinco do artigo trinta e seis do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e oito barra noventa e um, de vinte e nove de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero trezentos e trinta e quatro barra noventa e cinco de vinte e oito de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero vinte e seis barra noventa e seis, de um de Agosto, podendo ser autorizada por simples deliberação de Câmara Municipal, de acordo com o numero quatro do mesmo diploma.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade autorizar a referida alteração de pormenor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE ---**
----- **EDIFICIO MULTIFAMILIAR NA URBANIZAÇÃO "SENHORA ---**
----- **DO DESTERRO - LOTE G", EM MONTEMOR-O-VELHO - PROC. -**
----- **N.º 44/01 - ALTERAÇÃO DE PORMENOR-----**

----- Foi presente o pedido de licenciamento em epígrafe, acompanhado de uma informação/parecer técnico numero trezentos e setenta barra zero dois, segundo o qual se constata que a implantação da proposta apresentada para o lote G, inserido no loteamento com alvará de loteamento numero um barra de dois mil, de onze de Abril de dois mil, no tocante da área de construção proposta de setecentos e vinte e três metros quadrados, excede a de setecentos e vinte metros quadrados permitida pelo referido alvará de loteamento. -----

----- Contudo, os serviços informam que se trata de uma variação de área de implantação inferior a três por cento, sem aumento de numero de fogos, e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no PDM, pelo que, nestas circunstâncias, considera-se alteração de pormenor conforme o estipulado no numero cinco do artigo trinta e seis do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e oito barra noventa e um, de vinte e nove de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero trezentos e trinta e quatro barra noventa e cinco de vinte e oito de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei numero vinte e seis barra noventa e seis, de um de Agosto, podendo ser autorizada por simples deliberação de Câmara Municipal, de acordo com o numero quatro do mesmo diploma. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade autorizar a referida alteração de pormenor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA BENEFICIAÇÃO / ---**
----- **RECONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA, SITA EM VILA FRANCA, -**
----- **FREGUESIA DE ARAZEDE, REQUERIDO POR ROGÉRIO PAULO**
----- **DE JESUS LOURO E OUTRA - PROC. N.º 165/01 - -----**
----- **RESTITUIÇÃO DE TAXAS -----**

----- Foi presente o pedido de licenciamento em epígrafe, acompanhado de uma informação dos serviços, a qual refere que, aquando do pedido de emissão do alvará respectivo, foi cobrado a mais o valor de trinta e nove euros e seis cêntimos, devido ao facto da área de construção indicada na informação dos serviços, ser superior à área de construção da proposta apresentada, pelo que tal valor deve ser restituído ao requerente. --

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade restituir a quantia de trinta e nove euros e seis cêntimos, ao titular do respectivo alvará de licença. -----

----- **5- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----**
----- **UMA MORADIA UNIFAMILIAR, SITA EM VERRIDE, -----**
----- **REQUERIDO POR ANTÓNIO JOSÉ GOMES CARVALHO - PROC.**
----- **N.º 152/01 - RESTITUIÇÃO DE TAXAS -----**

----- Foi presente o pedido de licenciamento em epígrafe, acompanhado de um requerimento do requerente, a solicitar a rectificação da área de construção e respectiva restituição de taxas, cobradas a mais, aquando do pedido de emissão do alvará de licença de obras numero duzentos e quarenta e cinco barra zero dois, emitido em vinte e nove de Agosto de dois mil e dois. -----

----- Pelos serviços foi confirmado que efectivamente ocorreu lapso, pelo que nessa sequência, foi emitido em vinte e nove de Setembro de dois mil e dois alvará rectificativo ao alvará de licença inicial. -----

----- Na sequência do exposto, informam que a área de construção cobrada aquando do pedido de emissão de alvará foi de quatrocentos e dezasseis virgula vinte metros quadrados, quando deveria ser de cento e quarenta e seis virgula vinte metros quadrados.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Que assim sendo, deveria ser restituído a taxa correspondente à diferença de área, a qual totaliza o valor de cento e sessenta e sete euros e quarenta cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade restituir ao requerente, o montante de cento e sessenta e sete euros e quarenta cêntimos.-----

----- **3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** -----

-----**3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA.** -----

----- **1- NOVO MERCADO MUNICIPAL E ZONA COMERCIAL ANEXA: - (REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ---- IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJECTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS) - ANÁLISE DAS PROPOSTAS** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de onze do corrente mês, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma José Marques Grácio, S.A., pelo montante de setenta e cinco mil oitocentos e dezanove euros e sessenta e cinco cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal, para um prazo de execução de sessenta dias seguidos.-----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do numero um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2- BIBLIOTECA MUNICIPAL - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO----- (SOLAR DOS ALARCÕES) - ACTA DE ABERTURA DAS----- PROPOSTAS** -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, da primeira vez que tinham anulado aquele concurso, tinham só uma proposta e não sabiam, em termos comparativos, se teriam mais ou menos ajustada ao mercado. Neste caso, embora três propostas tivessem sido anuladas, já depois de ter sido aberto o invólucro da proposta, tinham ficado a saber qual era o seu valor. Verificaram que, as propostas daquelas quatro empresas, o valor eram muito idêntico, com uma diferença entre a mais alta e a mais baixa, em cerca de cem mil euros. Todas as propostas eram superiores, à excepção de uma, ao valor base. Entendiam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

que, atendendo à grande quantidade de empresas, principalmente empresas da região, e que mereciam credibilidade, e que provavelmente até teriam um valor mais baixo, considerava ser de bom senso que o concurso fosse anulado e que fosse aberto novo concurso, pois agora os concorrentes já sabiam concretamente, quais eram as regras em que se deviam basear, para a elaboração das propostas. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarheiro dizendo que se tratava de uma situação muito complicada porque, em primeiro lugar, não tinham acesso à informação, sobre aquele assunto, mas que evidentemente, poderiam requerer toda a informação. É claro que davam por boas as informações que lhes eram fornecidas, e acreditava que aquela anulação de concurso era justificável, porque a realização de um outro concurso, podia trazer ganhos para a Autarquia. -----

----- Mas havia que colocar aquela situação num ponto de vista ético, pois quem concorria bem, não podia ser prejudicado apenas porque todos os outros concorriam mal. Não conhecia a empresa que tinha concorrido bem, nem as outras que também tinham concorrido, e naquele aspecto estava à vontade para falar do assunto, porque não se movimentava naquela área, e mesmo que se movimentasse, teria sempre uma posição de isenção e rigor. Achava bem, e esperava que a Câmara adoptasse aquele procedimento noutras circunstâncias, que a intenção que estava a ser proposta, tivesse em vista, obviamente privilegiar e dar hipóteses a empresas regionais, ou conhecidas, com um passado e história, em relação àquele assunto. Gostaria que ficasse bem claro que a sua posição era a de votar a favor, porque dava como justificadas e não tinha nenhuma razão para duvidar da seriedade e da ética com que estava a ser apresentada aquela proposta.-

----- Isto porque, aqueles não eram assuntos de ânimo leve, uma vez que estavam a falar de concursos de mais de duzentos mil contos, de interesses, e da eventualidade de estarem a prejudicar a única empresa que, por duas vezes consecutivas tinha concorrido bem e não tinha culpa que os outros concorrentes tivessem concorrido mal. -----

----- Era da opinião de que tinham "dado de barato", que todos os procedimentos em relação aos concursos eram correctos, adequados, transparentes, sérios, e isso tinham feito desde o primeiro dia, mas gostaria que ficasse bem vincado, que a posição da bancada do Partido Socialista, no momento em que, encontrassem alguma razão que pudesse contrariar aquela perspectiva, teria que passar a ser outro, porque também não queriam ser eventualmente arrastados num processo que não geriam, não controlavam, não conheciam.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Considerava que, a maioria merecia todo o crédito pessoal, e era nessa base que a sua posição assentava.-----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, embora estivesse de acordo com o que o Vereador Victor Camarneiro tinha dito, gostaria de o corrigir em relação ao seguinte: na sua opinião, também eram responsáveis, não na gestão da forma como as coisas eram feitas, mas se existir algum problema, considerava que a responsabilidade seria a dividir por sete. Em relação àquele processo, não o conhecendo e não conhecendo os parceiros da Comissão Técnica, também pensava, tal como tinha dito o Vereador Abel Girão, que era muito útil para a Câmara anular aquele concurso e proceder à abertura de um novo concurso, pois poderiam beneficiar muito.-----

----- Existia, no entanto algo que lhe criava alguma confusão. Como é que, existindo tantas empresas, muitas credenciadas, era possível que tantas delas acabassem por ver as suas propostas anuladas. Pensava ser de bom tom, numa situação daquelas, que não era muito habitual acontecer, que a Câmara fizesse um equilíbrio maior em relação ao novo concurso, e as empresas, a partir desse momento, não tinham desculpa, pois estariam em pé de igualdade e conheceriam todas as regras do jogo.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, tinha sido citado naquele assunto, mas tinha consciência de que, eram solidários, e que o benefício da dúvida que davam à actual maioria, os poderia vir a responsabilizar no futuro, mas isso era a afirmação, da forma construtiva como estavam naquele processo e o apressado, em termos pessoais, de ética e de responsabilidade que se concediam até hoje. Para eles, seria muito mais fácil, como faziam habitualmente as oposições, e abstinham-se. Referiu o exemplo da Piscina Municipal, em que nem sequer quiseram discutir aquele assunto, não por terem medo, em termos políticos, mas porque acreditavam que o projecto da Piscina Municipal, será acompanhado com piscinas mais pequenas noutras freguesias, que todos defendiam, mas tinham sido cúmplices de uma decisão, que para ele, tinha muita discussão possível. Não o fazia, porque achava que havia um limite para tudo. Sabia, e tinha consciência do risco que corriam.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, pretendia fazer um pequeno esclarecimento. Quando se questionava de como seria possível, que empresas credenciadas como aquelas, que concorreram ao concurso em causa, cometiam determinados erros, julgava que eram empresas realmente especialistas na feitura de propostas, mas que também enviavam pessoas para analisar propostas, que eram autênticos especialistas.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, sempre que possível, em empreitadas cujo concurso pressuponha uma envolvimento e uma dinâmica de procura por parte dos empresários, sugeria que, no contexto da Comissão de Abertura de Propostas passasse a funcionar com um Jurista. Essa questão deveria ser equacionada desde já para a próxima abertura de propostas relativa àquele concurso, porque existiam questões em que era necessário um contexto de uma decisão mais fundamentada. -----

----- Mais disse que, pretendia criar um Gabinete Jurídico, que seria depois apoiante das diferentes iniciativas na área da Autarquia, quer na área do Planeamento Urbanístico, quer em relação às Empreitadas e Obras Públicas, e em relação ao protocolo e funcionamento normal do município. Dentro daquele contexto, teria que começar a testar alguns procedimentos, solicitando desde já propostas adequadas, para que fosse desde já feita alguma alteração significativa, naquela matéria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Anular o concurso em epígrafe, pelo facto de ter ficado admitida apenas uma proposta que excede a base em cerca de catorze por cento, não sendo assim possível estabelecer termos de comparação e também porque será sempre conveniente sujeitar um empreendimento deste tipo à maior concorrência possível. -----

----- Dois – Que os Serviços preparem novo Programa de Concurso e Caderno de Encargos para lançamento da obra na próxima reunião de Câmara, mantendo-se inalterado o projecto de execução. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **3- CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS** -----

----- **PROLONGAMENTOS NA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS** -----

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO (ACÇÃO 2) - PLANO DE** -----

----- **SEGURANÇA E SAÚDE** -----

----- Foi presente o Plano de Segurança e Saúde nos termos do Decreto-Lei número cento e cinquenta e cinco barra noventa e cinco, de um de Julho relativo à obra em epígrafe. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano em epígrafe.-----

----- Dois – Nomear para coordenar em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra o Chefe de Divisão – Engenheiro Carlos Borges.-----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4- CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS** -----

----- **PROLONGAMENTOS NA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS** -----

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO (ACÇÃO 2) - TRABALHOS A MAIS -** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais referentes à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aceitar os preços propostos pelo empreiteiro no valor de mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos. -----

----- Dois - Autorizar os trabalhos a mais no montante global de quatro mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos. -----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, sem prazo adicional por não se justificar. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----5- REABILITAÇÃO DO ANTIGO MERCADO MUNICIPAL - NOVO - PROGRAMA DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO -----

----- Foi presente o Plano de Trabalhos e respectivo Cronograma Financeiro referente à obra em epígrafe acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Trabalhos e respectivo Cronograma Financeiro, com início a dois e término a trinta de Novembro do corrente ano. -----

----- Dois – Considerar a obra em situação de multa no período de dezassete de Setembro de dois mil e um a trinta e um de Outubro de dois mil e dois e que os Serviços procedam de imediato ao seu cálculo. -----

----- Três – Ratificar e autorizar o pagamento dos trabalhos a mais, devendo ser celebrado contrato adicional no montante de onze mil e setenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal, considerando o prazo diluído no prazo de execução da empreitada. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----6- CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO - TECNIAGRA, - L.DA - PAGAMENTO AOS PROJECTISTAS -----

----- O Presidente da Câmara informou que da negociação havida entre o Síndico da Câmara e o advogado da firma Tecniagra, Lda., sobre o pagamento de honorários relativos a projectos executados por aquela firma para o Centro Náutico de Remo, tinha resultado um acordo onde a Tecniagra, na alínea a) se considera integralmente paga do projecto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

"Centro Náutico de Remo" contra o pagamento pela Câmara Municipal de sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e três euros e setenta e três cêntimos (treze mil contos).-----

----- A alínea b) é referente a cinco projectos de especialidades que tinham sido entregues à Câmara Municipal, em que a Tecniagra aceita receber o pagamento à medida que esses projectos sejam postos em execução. -----

----- Documento anexo à presente acta sob o número quinze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Concordar com o pagamento à firma Tecniagra, Lda., no montante de sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e três euros e setenta e três cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal, conforme o estabelecido na alínea a) desde que seja alterado o disposto na alínea b) relativamente à questão da futura utilização dos referidos projectos de especialidades. -----

----- Dois – Que o Síndico da Câmara Municipal entre em negociações com o advogado da Tecniagra, Lda., a fim de acertar os pormenores do acordo final de pagamento de honorários com aquele Gabinete projectista. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- **4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **1- REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE MONTEMOR-** --

----- **O-VELHO - PROPOSTA** -----

----- O presente ponto foi retirado, a fim de ser presente numa próxima reunião. -----

----- Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- **2- CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DA CASA DE CHÁ, SITA NO ---**

----- **PAÇO DAS INFANTAS, NO CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO**

----- **ADJUDICAÇÃO** -----

----- Tomou a palavra a Directora de Departamento e Administração Geral para ler a acta do Júri referente a este concurso (documento anexo à presente acta sob o numero dezasseis). -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que pretendia ser esclarecido, para que ficasse em acta, porque tinha três duvidas, que possivelmente, era comum a mais Vereadores:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Primeira - A audição prévia efectuada aos concorrentes é adequadamente proposta pelo Júri, ou pela Câmara, que deliberou abrir o concurso?-----

----- Segunda - Porquê na divulgação dessa matéria, de pareceres intrinsecamente "propriedade" apenas dos elementos do júri?-----

----- Terceira - se o sancionamento efectuado pelo executivo se era naquele momento, já definitivo, face à pergunta que tinha feito anteriormente, da audição prévia que tinha sido feita? -----

----- Tomou a palavra a Directora de Departamento dizendo que a audiência prévia tinha sido feita pelo júri, e a lei previa-a no numero três, do artigo cento e oito do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove. Relativamente à outra situação de divulgação, tinha sido enviada a cada um dos concorrentes, a acta com os respectivos pareceres.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, segundo a Directora de Departamento, o procedimento tinha sido legal, do ponto de vista da audiência prévia intermédia, entre uma deliberação de Câmara, que deliberou abrir concurso e uma que iria aprovar aquele procedimento. Todo o processo que tinha sido divulgado, estava dentro da obrigatoriedade processual e legal, para aquele tipo de concursos. Nesta reunião, havendo aprovação ou não da proposta do Júri, aquela situação era final. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, estava perante uma situação que não era nada fácil. Por tudo aquilo que tinha ouvido ler pela Directora de Departamento, estava em desvantagem, pois não conhecia quais tinham sido as reclamações dos concorrentes, nomeadamente da Associação Fernão Mendes Pinto.-----

----- Por outro lado, gostava de analisar qual tinha sido a base e em que se basearam as reclamações, e por isso gostava de poder consultar o processo. Sem fazer àquela consulta, não se iria pronunciar ou então ir-se-ia pronunciar votando contra, porque achava que era um direito que lhe assistia, fazer uma análise a um processo que, à partida pensava que terá algumas incongruências. -----

----- Considerava que, para ter alguma base de sustentação, teria que ter algum tempo para poder analisar todo o processo.-----

----- Depois de ter analisado os documentos que lhe tinham sido entregues, gostaria de dizer que, segundo tinha sido informado, nomeadamente pela Associação Fernão Mendes Pinto, teriam feito duas contestações e só existia uma no processo. Essa contestação tinha uma resposta do Vereador Pedro Machado, datada de dezoito de Outubro. Assim, questionava se não tinha sido tida em linha de conta, a resposta à segunda contestação

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

que a Associação Fernão Mendes Pinto tinha feito? Questionava também, como é que era possível ter-lhe sido enviada a ordem de trabalhos, que tinha um "timing", para um processo daquela natureza, que era um acto de adjudicação, quando ainda na sexta-feira passada, estava a decorrer a primeira resposta à contestação feita por aquela Associação, havendo ainda uma outra resposta a dar àquela Associação, nomeadamente pelo júri daquele concurso. -----

----- Retomou a palavra a Directora de Departamento dizendo que, só existia uma contestação. Relativamente à segunda contestação, aquela não existe. Nos termos da lei, aquela reclamação, para o Presidente do Júri, não era legal, porque a lei só permitia o recurso hierárquico. Nos termos do Decreto-Lei cento e noventa e sete de noventa e nove aquela segunda reclamação não existia. Estavam naquela fase, não tinham respondido, tinham cumprido o prazo de resposta, assim como, quem tinha reclamado, também tinha cumprido o prazo dos cinco dias. Como a audiência prévia, tinha sido feita pelo Júri, passando à adjudicação definitiva. -----

----- Nos termos do artigo cento e oitenta e cinco e cento e oitenta e seis do Decreto-Lei cento e noventa e sete de noventa e nove, "as deliberações do Júri, que não sejam tomadas no âmbito do acto público" que era o caso "podem ser objectos de recurso hierárquico facultativo, independentemente de prévia reclamação, devendo as respectivas alegações serem apresentadas junto com o recurso". Por isso, só existia recurso hierárquico. O artigo cento e oitenta e seis, do Decreto-Lei atrás referido diz que "o recurso deve ser interposto no caso das autarquias locais, ao órgão executivo". -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, a carta com a resposta do júri tinha chegado à Associação Fernão Mendes Pinto, no dia vinte e um de Outubro(segunda-feira), e a resposta da Associação Fernão Mendes Pinto tinha que se feita a seguir, no mínimo, no dia vinte e dois de Outubro (terça-feira), pois não podia ter sido feita antes, porque não podiam conhecer um documento antes dele existir. Independentemente de tudo aquilo, achava que existia ali uma situação muito interessante. Em primeiro lugar, perante a primeira contestação, que era aquela que no fundo, o júri conhecia, tinha sido dada uma resposta que fugia a algumas questões, muito importantes. Perante aquela situação, manifestava o seu repúdio, porque quem lesse o que estava escrito naquele documento, quem lesse o programa de concurso e visse a forma como tinham sido alterados os critérios, nomeadamente quando existia um mapa, segundo o qual, o concurso tinha que ser numa ordem decrescente, e não sabia qual era a ordem de grandeza, a nível matemático. Na sua perspectiva, havia ali um atropelo de tudo o que tinha sido

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

estabelecido, da forma como se criava a igualdade a todos os concorrentes para puderam concorrer. Quem lesse atentamente aquela contestação, entendia existirem ali coisas giríssimas, que toda a oposição e maioria tinha defendido até à data, que era nomeadamente, a pugnação das empresas do concelho, e via um acto de resposta, que a seu ver, fugia às questões essenciais. -----

----- Retomou novamente a palavra a Directora de Departamento, que passou a ler a carta enviada pela Associação Fernão Mendes Pinto (documento anexo à presente acta sob o numero dezassete.-----

----- Considerava que estava bem explicado, não havendo qualquer problema, pois tinham cumprido na integra, o que ali previa. -----

----- Retomou uma vez mais a palavra o Vereador Emídio Fidalgo perguntando como é que a Directora de Departamento poderia dizer que tinha cumprido na integra, quando mencionava a capacidade do outro concorrente, em que a apreciação que tinha sido feita, era que se tratava de uma empresa com créditos firmados, quando a empresa tinha sido formada à quinze dias. -----

----- Retomou novamente a palavra a Directora de Departamento referindo que "mas atentos ao facto de a valoração efectuada ter determinado uma ordenação distinta da que constava do anúncio". Mesmo assim, face à denuncia, e atendendo a que aquela situação estava explicada e ninguém se pronunciou, o júri tinha feito a ponderação, tendo em conta os critérios, continuando a mesma empresa a ficar em primeiro lugar. E passava a explicar: "no que concerne aos pareceres solicitados, os mesmos não condicionaram, as opções do Júri , apenas se destinaram a apoiar as mesmas, sustentando-as, tendo em atenção a especificidade das matérias objecto de análise, motivo pelo qual foram ponderados todos os aspectos das mesmas, incluindo aqueles que não foram especificamente analisados pelos técnicos que emitiram tais pareceres. No caso da Associação Fernão Mendes Pinto, os serviços que se propõem disponibilizar à Autarquia, foram tidos em consideração, na capacidade financeira, apenas não puderam ser valorados no critério - preço oferecido pela concessão, dado que não pode o Júri quantificá-los. O investimento em divulgação proposto pela Associação, foi considerado pelo Júri." -----

----- "Feita esta precisão, importa esclarecer, que o que referem como "critério" - binómio investimento, capacidade financeira e aptidão técnica e profissional, dos profissionais a afectar ao projecto, mas também dos concorrentes, não é um critério, trata-se tão só de uma forma de analisar os documentos entregues pelos concorrentes no âmbito concursal,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

em cumprimento do disposto do artigo cento e seis do Decreto-Lei cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho, ou seja a apreciação do mérito das propostas. Trata-se assim, do modo como o primeiro critério de análise foi objectivado, no que se refere, expressamente, à capacidade financeira para a exploração do empreendimento, em concreto - recursos financeiros a afectar ao projecto. Naturalmente que o investimento que os concorrentes se propõem fazer no projecto em concreto, terá que ser ponderado, uma vez que o concorrente pode ter, ele próprio, uma excelente capacidade financeira, mas e não se dispuser a investir no projecto, o mesmo não terá viabilidade."-----

----- "No que concerne ao Programa de Animação barra Desenvolvimento Cultural, não pode o Júri Ter em consideração a actividade "reconhecida" da Associação, mas tão só o que se propõe fazer no âmbito do procedimento concursal em concreto." -----

----- "Quanto aos pressupostos, que referem "irrealistas" das previsões de viabilidade financeira da firma U.S.P, e à sua facturação provisional, não pode o Júri analisar, nesta fase, o seu cumprimento. Caberá à fiscalização da concessão promover a revogação da mesma, nos termos em que tal se encontra previsto no Programa de Concurso, e que será plasmado no contrato a celebrar, caso o adjudicatário entre em incumprimento". -----

----- Pensava que tinham corrido na integra tudo o que estava na reclamação feita pela Associação Fernão Mendes Pinto, estando tudo explicado. Perante aquelas situações, não poderia dizer mais, de que a única via era o recurso hierárquico. -----

----- Interveio uma vez mais o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que, a Directora de Departamento apenas lhe tinha lido um documento que tinha à sua frente e que também já tinha lido e sublinhado. A "resposta" que a Directora de Departamento lhe estava a ler era a resposta que contestava, e por isso escusava de lhe dizer que estava tudo explicado naquele documento, porque estava de uma forma que a Directora de Departamento entendia e que ele não entendia. A questão era a seguinte: como se podia, de algum modo, criar critérios, que vinham num Caderno de Encargos, num Anúncio Público e depois fazerem-se as coisas ao contrário. Tinha sido lido pela Directora de Departamento "No que concerne ao Programa de Animação barra Desenvolvimento Cultural, não pode o Júri ter em consideração a actividade "reconhecida" da Associação, mas tão só o que se propõe fazer no âmbito do procedimento concursal em concreto", e considerava que se tratava de uma situação engraçada, porque a Associação não tinha o estigma que fosse minimamente reconhecida, para que pudessem ter uma animação cultural e uma empresa criada há cerca de quinze dias, reunia todos os itens. Não queria sequer argumentar que, pese embora todos aquelas respostas e os critérios, que tinham sido tidos em linha de conta,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

com uma "empresa" ou seja a Associação Fernão Mendes Pinto, sendo ela do concelho, era uma coisa que devia ter sido tida em linha de conta. Aliás era dito a determinada altura que "a programação do peso cultural da Associação Fernão Mendes Pinto era pesado". Em relação à outra empresa era omissa, mas a da Associação Fernão Mendes Pinto, que era uma Associação do concelho, era pesado. Mas que Júri é que tinha conseguido criar critérios que pudessem de algum modo levar em linha de conta, decisões daquela natureza.

----- Neste situação iria defender a Associação Fernão Mendes Pinto, da mesma forma com que defendia qualquer Associação que fosse do concelho, ou qualquer outro concorrente que fosse do concelho. Não defendia só a Associação Fernão Mendes Pinto, presidida pelo Vereador Victor Camarneiro, que tinha tido a hombridade, o bom senso e a ética bem como a obrigatoriedade de se afastar daquele processo, mas era de facto estarem a dar justificações que eram autênticos "tiros no escuro". E mais grave ainda, colocava-se uma situação, que para si era aberrante: "Quanto aos pressupostos, que referem "irrealistas" das previsões de viabilidade financeira da firma U.S.P, e à sua facturação provisional, não pode o Júri analisar, nesta fase, o seu cumprimento. Caberá à fiscalização da concessão promover a revogação da mesma, nos termos em que tal se encontra previsto no Programa de Concurso, e que será plasmado no contrato a celebrar, caso o adjudicatário entre em incumprimento." À partida, estavam a criar um rateio para acompanhamento, para que de algum modo, se as coisas começarem a funcionar mal, se pudesse dar uma machadada. Para ele, era o nascimento de uma empresa nova. Questionava ainda a Directora de Departamento, se ela sabia que a empresa U.S.P tinha sido criada há cerca de quinze dias, e que não era verdade, como estava ali dito e muito bem, que o seu curriculum se restringia ao bar do Teatro Gil Vicente, ao contrário do que tinha sido dito. Havia responsabilizar todos os elementos de um Júri, que deram pareceres daquela natureza, porque os ia responsabilizar nesta reunião de Câmara. No futuro apelava a todo o executivo, que fosse responsabilizado, não só para aquele concurso, para aquela adjudicação, mas para outras do género, porque nas obras públicas aquela situação não se verificava. Curiosamente, nunca chegou a ser presente, em Reunião de Câmara, a acta de abertura das propostas, e não percebia porquê. Não tinham sequer em nenhuma ordem de trabalhos aquele assunto agendado, não o tinha nos seus documentos, e não tinha faltado a nenhuma reunião, excepto a do dia treze de Setembro, por estar de férias, não tinha literalmente nada. Havia um processo que não era totalmente igual e por isso, a Câmara teria que fazer, a seu ver, uma de duas coisas. Isto para não tentar escarpelizar o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

que estava escrito no documento da Associação, e pensava que também o dizia na segunda reclamação, pena era que aquele documento não estava em seu poder, porque a Associação Fernão Mendes Pinto, não lhe forneceu os documentos relativos àquela matéria, para ter uma isenção total naquele contexto. Na primeira resposta que a Associação recebeu, foi-lhe dito que era totalmente falso algumas das declarações prestadas pela empresa. Se se tratavam de declarações falsas, tinham sido levadas em linha de conta algumas coisas que não eram verdadeiras, e tinham trocado o real pelo irreal. Trocaram aquilo que é "nosso", por aquilo que não é "nosso", que não conheciam, que não existia. O Partido Socialista vai dar duas alternativas ao executivo: ou aquele processo recolha ao síndico da Câmara, para ser devidamente apreciado e para que houvesse um cabal esclarecimento a todos os vereadores da Câmara, ou então votarão contra e responsabilizarão, a partir de hoje, naquele processo, todas as pessoas que tinham sido implicadas no Júri daquela concurso. Iriam responsabilizar e iriam acompanhar aquela processo, a par e passo, no futuro, não deixando passar uma única vírgula no que quer que fosse, e iam estar muito atentos a todo aquele processo. -----

----- Lembrava-se de que, há uns anos atrás, não tendo nada a ver com aquela vereação que estava em exercício, pensava que as únicas pessoas que estavam presentes na altura, era o Presidente da Câmara, Dr. Luís Leal, que na altura era Vereador do Desporto e o Vereador Abel Girão, que na altura era Vice-Presidente, mas que não estavam nessa reunião, lhe tinha sido dito, pelo então Presidente da Câmara em exercício, Dr. Manuel Carraco, que ele teria muita pouca legitimidade para levantar a voz na Assembleia Municipal, porque era um indivíduo que estava numa firma, que vivia fora do concelho e pagava os seus impostos fora do concelho. Para se saber movimentar teria que ter a firma dentro deste concelho e pagar os impostos também dentro do concelho. Afinal não percebia, porque o que era ontem já não era hoje. Pretendia dizer com isso que, pese embora não conhecesse a outra empresa em causa, mas só porque estava escrito, e nomeadamente, porque lhe tinha sido dito, que tinha sido escrito novamente à Câmara, em que havia a intenção clara de desmistificar tudo o que estava feito. -----

----- Não queria ser contundente com algumas questões, porque lhe parecia que existia muita gente fora daquele processo, nomeadamente o próprio Presidente da Câmara. Pretendia sim, clarificar aquela situação, para que todos os Vereadores ali presentes, tivessem a clarificação total e tivessem o sentido de como as coisas tinham sido feitas, porque não podia, nem ia permitir, e aí teriam o seu protesto e o seu voto contra, dado que não deviam fazer aquilo que estavam a fazer. Não podiam de modo nenhum, pôr em pé

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

de igualdade, uma Associação que era reconhecida localmente, regionalmente, nacionalmente e internacionalmente, em todos os âmbitos, e em que Montemor lhe devia muito, pese embora se goste do Victor Camarneiro ou não, se goste ou não de alguns elementos da Associação Fernão Mendes Pinto, pois não se devia pôr em causa, para uma empresa criada há quinze dias. -----

----- Em primeiro lugar, iria apelar ao Presidente da Câmara, para que aquele processo recolhesse ao Sindico da Câmara, para ser devidamente analisado, e que qualquer um dos Vereadores, nomeadamente aqueles que não estão dentro do assunto, pudessem ficar todos devidamente bem suportados. -----

----- Em segundo lugar, caso a primeira não fosse aceite, iriam votar contra e iriam naquele dia, responsabilizar o Júri, por tudo o que se vier a passar no futuro, em relação àquela concessão, porque era da opinião de que nenhum dos vereadores podia e devia ficar alheado de uma decisão daquela natureza. -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado dizendo que, já todos tinham ouvido o suficiente e por isso faria duas notas prévias: -----

----- Primeira - agradecia ao Vereador Emidio Fidalgo o facto de ter retirado o Presidente da Câmara de todo o processo, porque efectivamente ele não tinha estado presente e por isso não faria sentido estar a incluí-lo, muitos menos estar a tirá-lo. -----

----- Segunda - Provavelmente, a única coisa em que concordava, com o que tinha sido dito pelo Vereador Emidio Fidalgo, foi o facto de dizer que estava mal informado, e como estava mal informado, é que talvez lhe desse o direito de pôr em causa, e insinuar aquilo que tinha insinuado até agora. -----

----- Iria ser telegráfico nas respostas que lhe ia dar, sendo certo que algumas delas terão a ver com perguntas directas. -----

----- Primeira: quem era o Júri? O Júri é composta por si, a Dr. Celeste Caldas, como Directora de Departamento daquela Câmara Municipal e a Dr.^a Helena Marques, representante do IPARR, jurista conceituada com dezenas de anos de serviço, quer em autarquia, quer ao serviço de instituições reconhecidas, de cariz governamental, como era o caso do IPARR. Portanto, sobre o Júri, esperava e estava certo, de que também comungava daquela opinião, que do ponto de vista pessoal, não lhe restava nenhuma dúvidas em relação à seriedade das pessoas envolvidas no Júri. -----

----- Segunda: em relação à legalidade e formalidade do processo, todo ele tinha sido desenvolvido e desenrolado, desde a abertura, ao fechar das propostas, à consulta prévia e a até a todos os procedimentos formais, na presença de todos os concorrentes, inclusive,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

com tempo suficiente para que pudessem, sozinhos, analisar as várias propostas, no sentido de aferirem o que lá estava escrito. -----

----- Terceira: o que insinuava, em relação ao protecçãoismo dos processos ali tratados, diziam respeito à metodologia usada para o desenvolvimento daquele processo. Em relação aos esclarecimentos, do ponto de vista jurídico, considerava estarem todos feitos. Sobre aquela questão não adiantava mais nada, pois da mesma forma que tinha recolhido pareceres, para aquele Júri, em relação a dois técnicos credenciados, numa e noutra área, e por duas juristas, que não punha em causa a sua competência, no tratamento daquelas questões, não lhe parecia bem que viesse agora insinuar, pôr em causa ou sequer dar a entender que as pessoas tenham feito este ou aquele desvio, ou ética profissional, em relação ao processo. -----

----- Em relação ao processo, o que lhe estava a pedir que pusesse em causa, era o seguinte e agora devolvia-lhe a questão: tinham concorrido três empresas de Montemor-o-Velho. Uma tinha sido excluída, duas foram consideradas, nomeadamente a Associação Fernão Mendes Pinto, a Santo Vício, e a título particular o filho do senhor Ramalhão. Assim colocava-lhe a seguinte questão: qual delas pretendia que voltassem a considerar, uma vez que o que o Vereador Emídio Fidalgo ali estava a fazer, era a defesa intransigente das empresas de Montemor. -----

----- Como uma delas tinha sido excluída, o que pretendia fazer? Voltar a considerá-la? Em relação ao concorrente Santo Vício, voltar a reconsiderá-la também? Essa é a questão que pretendia que o Júri fizesse a seguir, era esse o critério que entendia em relação ao que era a salvaguarda dos interesses das instituições que prestavam ou não serviço, no ponto de vista comercial, com a Câmara Municipal. Estava a ver que o senhor Vereador estava a defender "com unhas e dentes" a Associação Fernão Mendes Pinto. Em relação às outras, o que lhe deviam fazer? Excluía-las, não lhe interessavam, nem lhe diziam respeito, não são do concelho e não quer que se fizesse nada em relação a elas? -----

----- A Associação Fernão Mendes Pinto faz uma proposta financeira de dez mil e quinhentos euros, o Santo Vício faz uma de doze mil euros, a U.S.P, Utopias Sonhos e Projectos, faz uma de dezoito mil euros. -----

----- Perguntava assim, qual era o critério defendido pelo Vereador Emídio Fidalgo e o que é que a Câmara devia defender, se abdicavam de uma diferença de seis mil euros pela concessão em proveito de uma empresa do Concelho? Era isso que defendia, publicamente? E era isso que defendia para todas as empresas que concorrem a concursos da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, ou seja, em desigualdades de circunstâncias,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

preferem-se as empresas porque são do Concelho e que agravam a situação financeira da Câmara Municipal, em detrimento de um qualquer proteccionismo e proteccionismo económico que já não existe? Se era isso que o Vereador Fidalgo queria que se fizesse, então que o dissesse, antes de fazer a tal proposta e antes de fazer locuções em relação ao Senhor Presidente da Câmara e antes de insinuar que o júri teve este ou aquele procedimento. -----

----- Aquilo que o júri tinha feito, tinha sido tão só, avaliar até à exaustão com duas técnicas, com duas juristas, no limite aquilo que devia ser feito. E, sabia bem quando entrou neste júri, que quando estava em causa uma instituição como era o caso e que não iria referir o nome, porque não era esta a sua missão aqui dentro, quais seriam as prováveis consequências de uma atitude como esta. Estavam a trabalhar com questões muito sérias e aquilo que estava aqui em jogo era o erário público, não era a sua simpatia ou a do Vereador Fidalgo, por esta ou aquela Instituição, não era a sua preferência ou a do Vereador Fidalgo pela cor deste ou daquele elemento. O que estava aqui em jogo, chamava-se erário público. Se lhe disser que amanhã aquela empresa podia trazer problemas, qual delas pode não trazer? O que é que falaram hoje de manhã em relação à galeria e ao mercado? O que é que falaram em relação a Pereira durante estes tempos? O que é que falaram em relação às lojas do mercado municipal? Que exemplo se pode dar aqui hoje, sobre aquilo que poderá acontecer amanhã? -----

----- Era bom, que se assentassem arraiais, que se deixasse alguma emoção de fora, porque o que se estava a discutir não era este ou aquele princípio de preferência pelo que quer que fosse. Estavam a trabalhar, no sentido daquilo que o Presidente da Câmara todos os dias lhe dizia de manhã "era preciso racionalizar custos, aumentar a receita e conter a despesa" e era isso que se propunha a fazer. Porque, se assim não fosse e se puder ser insinuado que alguma vez, tivesse feito alguma coisa diferente, neste ou naquele sentido, por esta ou por aquela preferência, seria o primeiro a ir-se embora. -----

----- Em relação à reclamação que o Vereador Emídio Fidalgo fazia referência, a Directora de Departamento já o tinha dito com dados concretos, sobre a pertinência dele. Já tinham visto que não tinha pertinência. Há luz da lei não podia, não devia. -----

----- Mais disse que, não deixava de ser curioso que a segunda reclamação tivesse chegado à Câmara ontem à noite, quando a acta da reunião de Câmara já tinha sido distribuída há dois dias. Não deixava de ser curioso, mas era coincidência. -----

----- Disse ainda que, apenas tinha tomado conhecimento daquela reclamação, apenas naquela data e da parte da tarde, e o primeiro parágrafo dizia o seguinte: "em

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

consequência da resposta de V.^a Ex.^a. à nossa primeira reclamação, gostaríamos de voltar ao assunto e uma vez mais, a democracia assim o permite e a transparência a isso obriga, expressar-lhe o nosso desagrado pelo conteúdo da mesma". -----

----- Perante tal facto pretendia dizer o seguinte:-----

----- Primeiro - Se era para expressar o desagrado, poderiam tê-lo feito pessoalmente, não precisando de escrever cartas, pois não tinha assim tanto tempo útil para estar a lê-las. -----

----- Segundo - Se era uma manifestação de desagrado, não era uma reclamação.-----

----- Terceiro - Se quisesse manifestar o que quer que fosse, recorresse para quem de direito, não devendo fazer disto uma "gincana política". -----

----- Porque o Vereador Emídio Fidalgo insinuou, que da parte do júri tivesse havido algum comportamento menos devido, desculpava-o, porque o conhecia bem e porque também o Vereador Emídio Fidalgo o conhecia, tinham uma relação que ultrapassava tudo aquilo e sabia que não estava dentro daquele contexto. -----

----- Garantia que, do primeiro ao último dia, do primeiro ao último minuto, tudo o que se passou foi em cima daquela mesa, com as pessoas presentes, nomeadamente, duas representantes da Associação Fernão Mendes Pinto, um representante do Santo Vício, dois representantes da U.S.P. e um representante da firma "Ramalhão". -----

----- Por isso, se aquilo que o Partido Socialista estava a pedir ali hoje, enquanto representante do Júri e Presidente desse mesmo concurso, é de que :-----

----- Primeiro - a Câmara abdique das empresas fora do Concelho neste e em qualquer concurso, porque as do Concelho é que eram boas.-----

----- Segundo - Abdique do dinheiro a mais que elas pagam, porque as do Concelho são boas, receba-se dinheiro a menos, então que o Vereador Emídio Fidalgo o faça por escrito, ponha as coisas em cima da mesa, porque depois cá estarão para avaliar. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emídio Fidalgo dizendo, que ia começar pelo fim. Não tinha nada que lhe dissesse que era a Dr.^a X, o Dr. Y, que era o Pedro Machado, este último já sabia que era o Presidente do Júri. -----

----- Mas tinha escrito pareceres, dados por funcionários da Câmara, que não eram verdadeiros, segundo a reclamação do concorrente, que estranhava que não se tivesse valorizado aspectos, tais como o facto da Associação Fernão Mendes Pinto possuir unidade própria de fabrico de doçaria tradicional, precisamente em Montemor-o-Velho e aqui estar sediada no seu papel do Concelho, o carácter sócio-cultural não lucrativo da sua missão, entre muitas outras vantagens que o tempo se encarregaria de revelar, para além de que a empresa eleita, afinal de contas, e contrariamente ao afirmado no parecer do Sr. Dr.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

António Alves, que referia que se tratava de uma empresa implantada no distrito de Coimbra, com larga experiência, ao nível de restauração, e de locais especificamente identificados como café, chá, no Paço das Infantas e por aí fora, quando isso não correspondia à verdade. Ora se isso não era verdade, o Júri tinha sido levado. E, que o perdoe o Vereador Pedro Machado, pela amizade que tinha com ele e com toda a gente, não punha em causa o Júri, nessas três pessoas, punha sim em causa, as informações subjacentes que vieram para fazer um acumulativo, para uma decisão do Júri, quando nessa última reclamação ou manifestação de desagrado, a Associação Fernão Mendes Pinto, e era pena que ali não estivessem e que não lhe tivessem dado o documento, porque não se quiseram envolver naquela questão e não lhe deram pormenorizadamente todos aqueles dados, para que os pudesse rebater ainda mais fortemente. -----

----- Disse ainda que, o que isso o levava a crer, ainda para mais do que disse o Vereador Pedro Machado, é que achava que havia um acumular de pareceres, que levaram o Júri a decidir de uma forma errada. E então, reforçava-o ainda mais, e aí podia dar a mão à palmatória, porque era seu timbre, com a humildade que tinha, saber reconhecer aquilo que devia dizer ou não. -----

----- Mais disse que, não tiveram conhecimento da data de abertura das propostas, não conheciam a constituição do Júri, mas tinha naquele relambório todo, afirmações feitas por funcionários, que podiam ter induzido em erro toda aquela questão. E essa é que era a grande questão. E perguntava – qual era o júri que ficava satisfeito, quando soubesse que aquela questão ia dar buraco, num futuro próximo, por informações prestadas, que estão num relato final, e que segundo lhe tinha dito, são falsas. A única coisa que tinham, era uma empresa feita há quinze dias, que explorava o café do Teatro Gil Vicente e não todos os outros itens que ali estavam envolvidos, essa é que era a grande questão. -----

----- A outra questão era a seguinte: são três empresas de Montemor, não estava a defender a Associação Fernão Mendes Pinto, por ser a Associação Fernão Mendes Pinto. Defendia qualquer uma das três empresas de Montemor, ao contrário do que pudesse parecer, qualquer uma delas. Aí admitiria que se outra solução tivesse sido encontrada para qualquer uma das outras empresas de Montemor, defendia-as no mesmo pé de igualdade, e já tinha tido oportunidade de o dizer. -----

----- Mas, quando se falava de dinheiro, só quem não sabia fazer contas. Quando se dizia que eles dariam dezoito mil euros, ao contrário dos dez ou onze mil euros, que propunha a Associação Fernão Mendes Pinto, e os onze mil e quinhentos e onze mil de outras de Montemor, a questão era tão simples quanto isto: será que valia a pena estar-se à espera

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

de quem ia pagar muito, em troco daquilo que não se conhecia, em que se jogava no escuro, ou seria mais útil para a Câmara de Montemor, e então o que era caro passava a ser barato e o que era barato passaria a ser caro, passaria a ser um bom investimento. Essas é que eram as grandes questões. Punha em questão, quando se dizia a determinada altura, que o peso cultural da Associação Fernão Mendes Pinto, era um peso pesado para Montemor e para o Concelho de Montemor, quando se estava a falar de pessoas de Montemor, e aqui falava na Associação Fernão Mendes Pinto e nas outras duas em paralelo, qualquer uma delas e vinha uma empresa de fora recém-constituída que trazia um programa cultural omisso, e para algumas sumidades. Seria esse programa cultural que era omisso e indefinido, que seria o ideal para Montemor-o-Velho? -----

----- Assim sendo, andavam todos à procura de qualquer coisa, qualquer coisa que não conheciam, viviam todos no mesmo planeta, viviam todos no mesmo Concelho, todos em Montemor-o-Velho, continuando a fazer as mesmas afirmações que tinha feito, com uma pequena ressalva " é que ficava de fora o Júri constituído na sua essência, mas estavam ali transcritas as informações dadas não só pelo Sr. Dr. António Alves, como também pelo Sr. Dr. Arménio Rodrigues". Era bom que se soubesse, que são funcionários desta Câmara. Era bom que se soubesse que se tinha que puxar as orelhas a quem quer que fosse, quando as informações eram mal prestadas. E era bom que se soubesse com um alerta de um Vereador e de uma Instituição, que enquanto fosse tempo, se pudesse remediar alguma coisa e foi com base nisso que fez a sua proposta. -----

----- Custava-lhe muito sentir e perceber, que esses tipos de informações, tenham sido de ânimo leve, porque se eram colocadas de ânimo leve, alguma coisa estava por detrás daquela situação e disso não abdicava. Porque de facto, não era uma empresa idónea, não tinha experiência no ramo, e apenas com quinze dias. As coisas tinham que ser lineares, tinham que ser transparentes e objectivas. Por isso, que se tirasse o "cavalinho da chuva" e a ideia de que estava ali a defender a Associação Fernão Mendes Pinto, porque o seu Presidente era o Victor Camarneiro, isso estava fora de questão. Defendia a Associação Fernão Mendes Pinto, como defendia qualquer outra. E mais, a Associação Fernão Mendes Pinto, tinha doçaria própria, doçaria desta região, fazia algum sentido, fazer-se o contrário? Então, mas o que é que se pretendia promover? A defesa intransigente deste executivo, era preservar o nosso Património e divulgá-lo cada vez mais. -----

----- São estes casos e todas estas situações que o levavam à indignação. E repetia, que deixava de estar em causa, o Júri na sua verdadeira excepção da palavra, passando a estar em causa, todas aquelas informações subjacentes, que foram dadas, para que o Júri

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

se baseasse. E aí, se isto funcionava assim, hoje e no passado, se isto sempre funcionou assim, então iam todos dar as mãos e arrepiar caminho, uma vez por todas, e pôr na linha, quem devia ser posto na linha e seria o primeiro a dar a mão à palmatória. -----

----- Não podia pactuar com situações desta natureza, assim como também não pactuava se a Associação Fernão Mendes Pinto fosse de Coimbra, e que tivesse a amplitude que tem ao nível que todos conheciam e que se nascesse uma empresa aqui de Montemor à última da hora, sem itens, que cobrissem toda aquela situação e que viessem de algum modo fazer uma envolvimento final que cobrisse tudo isto. -----

----- Havia um peso que se tinha que pôr em cima da mesa: seria que valeria a pena só o dinheiro que iam dar? Alguém se convenciam que aquilo iria dar mil e oitocentos contos por mês? - -----

----- Mas onde é que num espaço daqueles, alguém conseguia fazer um movimento de mil e oitocentos contos por mês, sem que aquilo estivesse aberto todos os dias. -----

----- A Associação Fernão Mendes Pinto, a seu ver contestou e muito bem perante tudo isto e perante esta contestação, estava solidário com ela, como estaria com qualquer uma das outras empresas de Montemor, se tivessem levado a bom termo a sua contestação. Não se devia pormenorizar a Associação Fernão Mendes Pinto. Antes de ser esta Associação, é do nosso Concelho, estando-se a criar postos de trabalho para nós, e a desenvolver aquilo que é nosso, a nossa cultura. Será que isso não valia o diferencial que podia existir? Estava a falar de uma diferença de cinco ou cinco mil e setecentos euros por ano. Seria que a diferença não fosse rentável para a Câmara Municipal? Era a pergunta que deixava no ar e não abdicava de nada o que tinha dito, mantinha-o e reforçava-o, com a excepção do que disse em relação ao Júri. Não queria melindrar, nem o Presidente do Júri, nem as outras duas pessoas, que tinha tido conhecimento naquele momento. Aliás, já tinha feito também, a sua abordagem em relação à forma do concurso e em relação a essas questões. Em relação a isso abdicava, dava a mão à palmatória e até porque estavam no processo pareceres de técnicos da Câmara que não eram verdadeiros, e que punham em causa, pelo que julgava que tudo deveria ser repensado, não destruindo o quer que fosse, mas numa forma de equilibrar os valores, nomeadamente os valores deste Concelho, o Património do nosso Concelho e o Património dos nossos munícipes. -----

----- Quando tinha dito há pouco que apelava ao Sr. Presidente da Câmara e que pensava que ele não estaria totalmente dentro daquela situação, não tinha tido nenhuma conversa com ele. O que pretendia, como era ele o Presidente da Câmara e como era ele que representava a Câmara e o nosso Concelho, pensava que ele não pensava de forma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

diferente, independentemente de ser Presidente da Câmara e ser do PSD e ele ser do PS. Não pensava que, não eram postos de trabalho de Montemor, não pensava que isto era desenvolver a Cultura do nosso Concelho, com um diferencial que pudesse existir de cerca de seis mil euros. O que era rentável aqui, poderia ser prejudicial e o que poderia à partida ser prejudicial podia ser muito mais rentável, por todas as envolventes que acabou de referir. E isso não abdicava. Pensava que o Presidente da Câmara era uma pessoa solidária neste tipo de raciocínio, pensando também que ele defendia, aliás não podia dizer o contrário, pois durante todo este mandato tem defendido intransigentemente o munícipe e o Concelho de Montemor, a Cultura de Montemor, a nível Desportivo, Tradicional, Musical, etc. Não podia dizer o contrário. Agora tinham é que estar atentos a este tipo de informações que eram fornecidas pelos funcionários e isto é que era importante dizer-se e vincar-se. Acreditava que, se o Vereador Pedro Machado estivesse no seu lugar e ele estivesse no lugar do Vereador Pedro Machado, aquele teria exactamente a sua postura. Não abdicava disto e tinha a certeza absoluta que ele interviria do mesmo modo neste capítulo.-----

----- Por isso é que tinha dito e mantinha as duas propostas:-----

----- A primeira, era que este assunto recolhesse e tivesse um parecer detalhado do síndico da Câmara ou de alguém que pudesse prestar um esclarecimento cabal, porque se amanhã, aquilo desse bronca, não tinha cara para ouvir ninguém, depois daquele processo e depois daquilo que tinha referido. -----

----- Estava a dizer isto, mas não era para atacar a maioria, nem o Presidente da Câmara, nem os Vereadores, mas para sensibilizar e chamar a atenção do executivo, de que isto não era um acto correcto, na sua perspectiva.-----

----- Segunda – se tal não acontecesse, a bancada do PS votava contra, manifestando o seu repúdio, pela forma como as coisas foram feitas, pela forma como estavam escritas e também, como o Vereador Pedro Machado tinha acabado de dizer há pouco, que “quem não se sente, não é filho de boa gente”, no fundo, por outras palavras, tinham meios jurídicos para poderem recorrer. -----

----- Assim sendo, perguntava: e se, a Associação Fernão Mendes Pinto recorresse juridicamente numa situação destas e viessem a ganhar, qual era o papel que o executivo estava ali a fazer? Deviam ser consensuais, independentemente de poderem dizer umas coisas mais rígidas uns aos outros e numa situação destas, ficaria profundamente mal disposto se isso acontecesse, não era consigo próprio porque já tinha tomado a posição que tomou e tinha a posição que tinha, mas sim em relação ao executivo. Assumia as suas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

responsabilidades políticas daquilo que estava a dizer e também assumia as responsabilidades políticas de que, achava que o PSD, nomeadamente o Presidente da Câmara, neste momento, poderia e devia por mão nisto, porque a seu ver, aquilo não estava correcto. -----

----- A decisão do Júri é final, mas assentava em dados que estão viciados e não em informações correctas. Por tudo isto, mantinha o que tinha dito. -----

----- Usou da palavra o Vereador Ramalhete dizendo que, o Vereador Emídio Fidalgo já tinha exposto também a ideia que ele tinha em relação àquele processo. -----

----- Perguntou se uma empresa que iria explorar uma casa daquelas, que previa um movimento mensal de mil e oitocentos contos, abrindo vinte dias por mês, isso era impensável nos dias de hoje. Se não houvesse toda uma estrutura por trás, que outros concorrentes pudessem vir a ter, procurava saber se seria viável essa empresa conseguir manter uma estrutura daquelas durante um ano. -----

----- A diferença de dinheiro em relação a um concorrente e a outro, segundo referiu o Vereador Pedro Machado era de cerca de seis mil euros. Perguntava quanto é que custava nos dias de hoje um "catering" por exemplo, que estava na proposta da Associação Fernão Mendes Pinto? Qual era o custo de um serviço deles? Pelo menos entre quatro e cinco mil euros. -----

----- Pensava que as diferenças não eram assim tão acentuadas, como se estava a tentar dar a perceber aqui, que o item principal era a diferença do dinheiro. -----

----- Independentemente disso, havia um compromisso da parte da Associação Fernão Mendes Pinto, em estar aberto todos os dias coincidentes com os dias de abertura do castelo. Era fundamental. -----

----- O que previa, era que esta empresa ia lá estar dois ou três meses e não pôr lá mais os pés. Era lógico que seria penalizada por isso. -----

----- Era preciso ver qual era a que dava realmente mais garantias da manutenção de um espaço aberto permanentemente, se era realmente uma empresa ou outra. -----

----- Eram alertas que se faziam porque, por vezes, não se tinha isso em conta, olhando apenas para o que a legislação dizia. -----

----- Não acreditava que, no castelo de Montemor-o-Velho, durante o dia se fizesse um apuro de setenta, oitenta ou noventa contos, ainda que aos fins-de-semana se pudesse fazer duzentos. -----

----- Seguidamente, pronunciou-se o Presidente da Câmara, dizendo que, pretendia pôr fim naquela discussão: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Ponto um – achava melhor que a bancada da oposição ponderasse retirar tudo o que tinha dito, porque se não o Presidente da Câmara neste caso, ia dizer e utilizar tudo o que tinha dito a favor de uma posição que ia assumir mais tarde, porque tudo o que ali estava era extremamente delicado para poder ser utilizado mais tarde.-----

----- Tinham sido tomadas posições, em que parecia que não havia uma Vereação do Partido Socialista, mas sim, uma Vereação da Associação Fernão Mendes Pinto, aqui dentro, o que era extremamente delicado e grave. -----

----- Primeiro e antes de mais manifestar toda a sua confiança política, pessoal e institucional ao Júri, e claramente dizer que, quando o processo for sujeito a votação, ele votará a proposta do júri, claro e inequivocamente. -----

----- Segundo – O que lhe parecia importante, era dizer à própria Instituição, que os Senhores Vereadores do Partido Socialista, estavam a priorizar e que era a Associação Fernão Mendes Pinto, deveria saber o que a Lei dizia, e o que ia claramente dizer, era ensinar essa Instituição, que a oposição defende, quase como representantes, a proceder, e é o Presidente da Câmara que ensina que têm direito a fazer reclamação hierárquica no prazo de trinta dias, de acordo com o artigo cento e sessenta e oito número um do CPA, no caso de não haver lei específica, contudo, como o presente processo se regula pelo Decreto-Lei numero cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho, no seu artigo cento e oitenta e seis, numero três, é fixado o prazo de cinco dias para a Câmara, e não enviarem ao Presidente do Júri, como fizeram. -----

----- Terceiro – Se não quiserem, poderão seguir recurso contencioso de anulação junto do Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra. -----

----- Dentro deste contexto funcionam, têm direitos, façam-nos actuar.-----

----- Quarto – Achava que o ponto não deveria ser votado, enquanto não for cumprido o prazo que acabou de referir. E se, a Associação Fernão Mendes Pinto agora recorrer, foi porque o Presidente da Câmara lhes indicou o que deviam fazer e quando. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não votar o presente ponto e aguardar o eventual recurso hierárquico. -----

----- Voltou a fazer parte da Reunião o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 1- PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE ----- ----- COIMBRA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Associação de Futebol de Coimbra (documento anexo à presente acta sob o numero dezoito).-----

----- Mais informou que se tratava de mais um exemplo do que a autarquia, sobretudo com as estruturas regionais, pretendia articular, para a fomentação, quer dos escalões de formação, quer da formação dos agentes desportivos, neste caso concreto, a modalidade de futebol.-----

----- Assim propunha ao executivo a aprovação do referido protocolo, para que depois fosse remetido à Assembleia Municipal, a fim de poderem celebrar o referido protocolo com a Associação de Futebol de Coimbra.-----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo dizendo estar de acordo com a celebração daquele Protocolo. Embora estando de acordo, pensava que a Autarquia não se podia esgotar naquela situação e teria que perceber que, existiam outras modalidades no concelho, que também deviam ser ajudadas e implementadas. Acrescentava também que a Autarquia tinha sido galardoada pela Associação de Futebol de Coimbra, como também o tinha sido há dois ou três anos atrás, pela Associação de Basquetebol de Coimbra, por um protocolo existente, que ultimamente tinha sido um pouco esquecido.-----

----- Apelava, como amante de uma modalidade, além do futebol, que era o basquetebol, e defendia no mesmo pé de igualdade, todas as crianças do concelho que tivessem aptidões e ambição para praticar outro tipo de modalidades, que fossem apoiadas pela Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Associação de Futebol de Coimbra.-----

----- Mais deliberou por unanimidade, submeter o presente protocolo à Assembleia Municipal.-----

----- **2- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - UNIÃO DESPORTIVA SANTOVARONENSE** -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio à União Desportiva Santovaronense, no valor de cinco mil euros, sendo pago em duas prestações iguais nos meses de Novembro e Dezembro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio no valor de cinco mil euros, nos modos atrás propostos, à União Desportiva Santovaronense.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE** -----
----- **BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONTEMOR-O-VELHO** -----
----- **RECUPERAÇÃO DE GINÁSIO** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um Acordo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Velho e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o numero dezanove). -----

----- Mais informou que, no programa do Desporto no Primeiro CEB do Concelho de Montemor, têm vindo a utilizar o Ginásio dos Bombeiros, mas aquele encontra-se em mau estado de conservação, necessitando de algumas reparações, decorrente ainda das intempéries de Janeiro de dois mil e um. -----

----- Assim, propôs à Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho que, através de um Acordo de Colaboração, a Autarquia colaborasse na recuperação daquele espaço e em contrapartida este seria cedido à Câmara, para que os alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, o utilizassem para fazerem expressão físico-motora e também para alguns alunos da Escola Secundária, que estavam a utilizar o pavilhão nas suas componentes lectivas de formação, na área do desporto. O mesmo espaço seria ainda aberto a outras associações/clubes do concelho previamente acordados com o município, visava assim uma maior rentabilidade ao Pavilhão Municipal, que começava já a ter uma sobrecarga de utilização. -----

----- Dentro daquele contexto, os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, através da sua Direcção e através de um contacto próximo com a Área do Desporto da Câmara, fizeram consultas a várias entidades e predispuseram-se a fazer a recuperação do ginásio, que ascende a um total de investimento de catorze mil duzentos e sessenta e cinco euros. ---

----- Assim propunha que o pagamento da referida importância fosse efectuada à Associação dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, em duas tranches assim discriminadas: -----

----- Primeira - cinquenta por cento no inicio das obras; -----

----- Segunda - os restantes cinquenta por cento, depois de concluídas as obras e devidamente verificadas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. -----

----- Por outro lado evidenciar a responsabilidade e autoria da obra por parte da Associação de Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Acordo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Associação

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, bem como o pagamento da importância de catorze mil duzentos e sessenta e cinco euros, efectuado de acordo com a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 1- TRANSPORTES ESCOLARES-----

----- "Pedido de transportes escolares dos alunos Pedro Emanuel Pedrosa Afonso, Paula Sofia das Neves Simões e Eugénio Nuno Matos Breda residentes nas freguesias de Arazede, Abrunheira e Carapinheira."-----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi prestada informação pelos Serviços administrativos, que consta anexa ao presente processo.-----

----- A Câmara após ter analisado o caso, deliberou por unanimidade indeferir o pedido por terem atingido a idade máxima para a atribuição de subsídio de transporte escolar. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- "Pedido de transporte escolar da aluna Fátima Dulcinea Oliveira Cardoso, residente em Vila Franca, freguesia de Arazede."-----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi prestada informação pelos Serviços administrativos, que consta anexa ao presente processo.-----

----- A Câmara após ter analisado o caso, deliberou por unanimidade comparticipar em cem por cento o transporte da aluna Fátima Dulcinea Oliveira Cardoso.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- "Pedido de transportes escolares de alunos residentes no Concelho, em escolaridade não obrigatória, que pretendem frequentar as seguintes escolas:" -

----- Escola E.B. 2,3 Dr. José Santos Bessa da Carapinheira: -----

----- Pedido de transporte escolar da aluna Carina Isabel Simões Mendes. -----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foram prestadas informações pelos Serviços Administrativos, que constam anexas ao respectivo processo.-----

----- A Câmara após ter analisado o assunto, deliberou por unanimidade deferir o pedido com a comparticipação de cem por cento, pelo facto de o seu agregado familiar estar a receber o rendimento mínimo garantido. -----

----- Escola Secundária de Montemor-o-Velho:-----

----- Pedido de transporte escolar do aluno Tiago Emanuel de Jesus Correia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

----- Sobre o assunto em epígrafe, foram prestadas informações pelos Serviços Administrativos, que constam anexas ao respectivo processo.-----

----- A Câmara após ter analisado o assunto, deliberou por unanimidade deferir o pedido com a participação de cinquenta por cento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **2- ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE COIMBRA E A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- O Vereador do Pelouro informou que, na sequência da instalação da Internet na totalidade das escolas do Primeiro CEB do Concelho de Montemor-o-Velho, o Ministério da Ciência e Tecnologia assinou um Protocolo com a Escola Superior de Educação de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra, onde se comprometem a colocar em acções relativas ao acompanhamento do uso da Internet para fins pedagógicos, junto dos professores e alunos das escolas públicas do Primeiro CEB do distrito de Coimbra.-----

----- Assim, propunha a assinatura de um Acordo entre a Escola Superior de Educação de Coimbra e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, com o objectivo de reforçar o acompanhamento da utilização educativa da Internet pelos professores e alunos das escolas do Primeiro CEB do nosso Concelho (documento anexo à presente acta sob o numero vinte).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração do Acordo entre a Escola Superior de Educação de Coimbra e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Verificou-se a inexistência de público.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezoito horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Outubro de 25

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a.